escravidão e republica - 57-58-59-60
igreja no brasil - 61
instituições militares - 67-68-70-76
Pedro II - 79
proclamação republica - 90
igreja e escravidão - 56-57
esquis - 27
manifesto republicano de 1870 - 39
Caxias - 43
estados aprovam republica - 47
nº clubes republicanos - 49
separatismo - S.P - 48
positivismo - 50-51
maçonaria - 62

Características da monarquia - 8-9-...
Politica - 9 (eleitores, etc.) 10-48-82
Funções do imperador - 11-10-36-37
Partidos politicos - 11-12-13-40-41-48
jornais - 35
classes sociais
escravos - 14-19-29
federalismo - 31-32-...
presidentes provincias - 37
economia - 17-18
Telefone - 22
população - 23
profissões - 24

guarda negra -
Silveira Martins
Benjamin Constant -

tudo é história

café - 18-30
influencia inglesa - 26
caracteristicas republica - 37-38-39

José Ênio Casalecchi

A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

brasiliense
1981

Copyright © José Ênio Casalecchi

Capa:
127 (antigo 23)
Artistas Graficos

Caricatura:
Emílio Damiani

Revisão:
José E. Andrade

editora brasiliense s.a.
01042 – rua barão de itapetininga, 93
são paulo – brasil

ÍNDICE

Introdução 7
As transformações econômicas e sociais a partir de 1850 16
A expansão das idéias republicanas 47
A questão da abolição da escravatura 54
A questão religiosa 61
A questão militar 66
Novos impasses — a monarquia isolada 79
A conspiração e o 15 de novembro 86
Conclusão 97
Indicações para leitura 99

INTRODUÇÃO

A República, proclamada a 15 de novembro de 1889, substitui a monarquia que desde a Independência era o nosso regime de governo. O período monárquico é costumeiramente dividido em Primeiro Reinado (1822-1831), Regência (1831-1840) e Segundo Reinado (1840-1889). Cada um desses períodos guarda características específicas, o que permite esta divisão.

O Primeiro Reinado é aquele em que se consolida a Independência, elabora-se a Constituição de 1824 (documento fundamental para todo o período monárquico); constitui-se o Estado Nacional. A autonomia brasileira impõe-se em detrimento do domínio do "partido português", com a abdicação de D. Pedro I.

A Regência é um período agitado. Se o perigo da restauração fica no passado, abrem-se novas e candentes questões. A principal delas, porque essencial

para o bom entendimento da época, é o choque de interesses entre os grandes proprietários rurais que lideraram a oposição a D. Pedro I e as classes populares até aqui atreladas ao movimento de oposição ao monarca e, com a abdicação, ainda marginalizadas das decisões. Espraia-se uma onda de revoltas ao mesmo tempo em que a reação dos que dominam o poder acaba por vencer com o golpe da Maioridade em 1840.

O Segundo Reinado é o mais longo período da Monarquia (1840-1889). Ele é dividido em três momentos: de 1840-1850 — é o da consolidação. São votadas leis garantidoras da ordem até então ameaçada pelos movimentos populares. De 1850-1864 — as revoltas silenciadas por uma legislação reacionária, a "ordem" impõe uma "estabilidade geral". É o momento do primeiro surto de realizações materiais sob a tutela dos grandes proprietários e "capitalistas" em aliança com o capitalismo britânico. É o auge do período. De 1864-1870 é a época da Guerra do Paraguai — de muitas tensões e crises, apesar do progresso material. De 1870-1889 — é o declínio da Monarquia. As contradições do sistema se intensificam, abre-se francamente a propaganda republicana.

O que mais caracteriza a Monarquia é o predomínio, em todos os níveis, dos interesses dos grandes proprietários de terras, escravos e capitais em prejuízo das camadas populares.

A Constituição de 1824, com o seu caráter classista, impede totalmente a participação popular nos

órgãos de decisão. Por ela, o poder será dividido entre o Legislativo, Executivo, Judiciário e Moderador.

O Legislativo, composto pelo Senado e Câmara dos Deputados, tinha a função de fazer as leis.

As sessões conjuntas dos senadores e deputados se davam na Assembléia Geral. Para ser deputado, além de ser brasileiro nato, professar a religião cristã, etc., era preciso ter uma renda líquida superior a 400 mil-réis por ano. Mesmo quando, em 1881, as eleições passaram a ser diretas, esta condição não foi abolida, tendo sido estipulada em 800 mil-réis. O deputado tinha o mandato de quatro anos. O senador, escolhido de uma lista tríplice apresentada ao Imperador, tinha mandato vitalício. A renda exigida aos senadores era de 800 mil-réis até 1881 e 1:600$000 daí em diante. A vitaliciedade do senado era uma criação nossa, nenhuma outra constituição propiciava tal medida. Como se vê, só homens de posse poderiam ser deputados e senadores do Império.

As eleições, até 1881, quando passam a ser diretas, realizavam-se em dois graus: nas primárias (1º grau) votam os que têm renda líquida anual superior a 100 mil-réis. A função das primárias é escolher os eleitores que elegerão os deputados e senadores (2º grau). Para ser eleitor a renda era de 200 mil-réis. Estas condições impostas pela renda impedem totalmente a participação popular. Minas Gerais, a mais populosa Província do Império, em 1855, contava com 90 520 votantes para 2 002 eleitores.

As províncias participam com maior ou menor

número de deputados conforme a sua população. Para 20 deputados mineiros havia 9 em São Paulo e 3 no Rio Grande do Sul. O número de deputados e senadores variou pouco durante a Monarquia. Aqueles iniciam-se com 102 e terminam, em 1889, com 125. Estes passam de 50 a 60.

O Poder Executivo exercido pelo Imperador, auxiliado pelos Ministros, convocava a Assembléia Geral, nomeava bispos, magistrados, decidia sobre a guerra e a paz, etc. O Judiciário, organizado através dos distritos (justiça exercida pelo juiz de paz), dos termos (justiça exercida pelo juiz municipal, promotor e jurados), das Câmaras, das Relações (Tribunais Provinciais), do Supremo Tribunal, tinha como função fazer cumprir as leis.

A organização judiciária sofreu, com o correr do tempo, reformas que levaram a uma maior centralização das decisões, o que dificultava, em demasia, a aplicação da justiça.

O Poder Moderador, privativo do Monarca, foi o 4º poder introduzido na Constituição de 1824. Através dele há uma maior participação do Imperador na política nacional. Por ele o Monarca podia nomear os senadores nas listas tríplices, convocar extraordinariamente a Assembléia Geral; dissolver a Câmara dos Deputados, nomear presidentes das províncias, etc.

A Constituição de 1824 criou também o Conselho de Estado composto por 10 membros vitalícios para aconselhar o Imperador. Suspenso pelo Ato Adicional de 1834 (período regencial), é reavivado

com a Maioridade (1841), com 12 membros vitalícios, além do Imperador e membros da família imperial. O Conselho de Estado é uma ação das forças conservadoras de reação contra os movimentos populares. No dizer de Nabuco de Araújo, importante político do período, era "o crisol dos nossos estadistas e a arca de tradição do governo". Na verdade era mais um elemento para coroar o poder dos grandes proprietários.

Em 1847 é criada a presidência do Conselho de Ministros. O presidente respondia por uma das pastas do Ministério e estava encarregado de organizar o Gabinete (conjunto de ministros de Estado). Isto aproximou o nosso regime do parlamentarismo. No entanto, o nosso parlamentarismo é mais uma força de expressão, não estava no espírito e menos na letra da nossa Constituição. O puro regime parlamentar atribui grande importância ao Legislativo, que tem função fiscalizadora na execução das leis, além de elaborá-las. O Poder Executivo é exercido, na realidade, pelo presidente do Conselho de Ministros, escolhido pelo Chefe de Estado. Organiza o gabinete e submete-o ao Legislativo.

De 1847 a 1889 houve 30 gabinetes, sendo 15 liberais, 14 conservadores e 1 de conciliação. Os nomes derivavam do partido político a que pertencia o presidente do Conselho, e por isso a maioria do gabinete: Liberal ou Conservador. O gabinete de Conciliação é resultado do período de conciliação (1853-58) em que os partidos governam conjuntamente.

Outra característica do período é a sua organização partidária. Os partidos Liberal e Conservador alternam-se no poder. O mais importante é que a presença do Liberal ou do Conservador não provoca mudanças bruscas na política, nos programas de governo. Isto porque, apesar dessas organizações partidárias terem os seus programas e princípios, eles divergiam, essencialmente, em quase nada. Daí dizer-se que nada mais parecido com um Liberal do que um Conservador. Na verdade, tanto um como outro representavam os interesses dos grandes proprietários.

Tal como ficaram conhecidos, esses partidos surgem durante a Regência. Antes o que existia eram facções, grupos, com ação concentrada na Corte, sem bases eleitorais, servindo-se de uma imprensa de curta duração. No Primeiro Reinado são os grupos dos patriotas, moderados, exaltados, etc., que apóiam ou não o Imperador. Na Regência os grupos exaltados (conhecidos como anarquistas ou republicanos), os moderados e os restauradores (queriam a volta de D. Pedro I).

A partir de 1862 surge o Partido Progressista, composto de liberais e conservadores moderados. Em 1870 o Partido Republicano ao propor a República como forma de governo passa a ser o principal opositor à Monarquia, uma vez que lutava pela sua extinção. O conservador e o liberal eram partidos que tinham entre os seus adeptos e defensores dos seus princípios os indivíduos pertencentes à aristocracia rural (os grandes proprietários) que pretendiam ascender na política ou tirar proveito dos cargos políticos. Isto reduzia demasiadamente os quadros dos partidos e, por conseqüência, o número dos políticos para os diferentes postos. Daí ser comum no Império a presença dos políticos ocupando cargos os mais diversos — fruto de eleição (deputados, senadores, etc.); de nomeação (presidente de Província, magistrado, etc.) — sem que houvesse possibilidade de renovação. O processo eleitoral, como vimos, excluía as camadas populares do poder, os partidos, através dos seus princípios e sua prática, faziam o mesmo, o que dá como resultado a situação descrita. Esses políticos eram, em sua maioria, ligados à aristocracia rural, descendentes dos grandes fazendeiros que puderam estudar em São Paulo ou Recife, onde se situavam as principais Faculdades de Direito do país, ou Medicina no Rio e Bahia, e até mesmo fazendo cursos em Coimbra e Paris. Ser político, ascender na política era um privilégio dos homens de posse, de riqueza.

A aristocracia rural vivia de nossa principal fonte de riqueza — a agricultura. A cana-de-açúcar, o algodão, o café, cultivados em latifúndios, trabalhados pelos escravos. A agricultura, o latifúndio, a escravidão marcam profunda e essencialmente o período monárquico. Daí os homens importantes serem os senhores de engenho, fazendeiros de algodão e café, enfim, senhores de terras e escravos. Os escravos, dizia Antonil, eram "as mãos e os pés dos senhores". Todo o trabalho bruto, trabalho manual era tarefa de escravos. As elites brancas e mesmo os brancos de pouca posse menosprezavam o trabalho

manual. A presença do negro, por isso, era substancial. Em 1817, para uma população de 3 817 000 habitantes, havia 1 930 000 escravos. A partir de 1850, com a extinção do tráfico de negros da África para o Brasil, o número dos escravos diminui. Em 1864, para uma população de 10 245 000 habitantes, havia 1 715 000 escravos. A "questão da escravidão" será um dos mais sérios e difíceis problemas de que a Monarquia terá que cuidar.

Vida política e administrativa sob a tutela das elites, através dos partidos Liberal e Conservador; predomínio da agricultura latifundiária e escravocrata; centralização das decisões em poucas mãos, desconhecimento ou menoscabo dos problemas das camadas populares, essas as características essenciais do período monárquico.

A Constituição de 1824, ao mesmo tempo que afirmava a liberdade e igualdade de todos perante a lei, aceitava a escravidão; garantia o direito de propriedade numa estrutura social em que 95% da população não possuía terras. Havia uma distância enorme entre as leis e a realidade, em que só participavam ativamente da vida política, dos centros de decisões, os homens mais importantes da sociedade, homens de posse, de cabedal, pouco preocupados com os interesses populares. Estas são as características básicas do período monárquico, especialmente até 1870 quando, como vimos, inicia-se a época de decadência do regime.

Se o nosso estudo é a Proclamação da República, este último período (1870-1889) de enfraquecimento da Monarquia deverá merecer a nossa maior atenção. É o período em que a Monarquia perde as suas bases de sustentação e as forças de oposição acabam por destruí-la. Para isso é preciso saber: quais eram as bases de sustentação da Monarquia, por que negam-lhe o apoio e quais as forças de oposição que se congregam contra ela.

Para responder a estas questões de nosso estudo é preciso considerar, primordialmente, as mudanças por que passa a sociedade do período monárquico. Com isso, queremos dizer que é no movimento da sociedade que devemos apreender os fatores de transformações e mudanças.

Nenhuma sociedade é estática, a transformação em maior ou menor ritmo e intensidade é da natureza profunda das sociedades. Ao se transformar surgem novas exigências e novos problemas a serem considerados pelos que detêm o poder. Quais eram, para a Monarquia, as novas exigências e problemas, especialmente depois de 1850, quando a intensidade das transformações da sociedade acaba por isolar a Monarquia de suas bases de sustentação?

Se o privilégio é para as transformações, precisamos, para o nosso caso, selecionar o período em que elas ocorrem em maior intensidade. Sabidamente, ele se inicia na década de 50.

AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E SOCIAIS A PARTIR DE 1850

A expansão cafeeira e os seus efeitos

Durante o período monárquico a nossa principal atividade econômica era a agricultura. Desde os tempos da colônia produzíamos para o mercado externo. Produção baseada em um único produto, em grandes propriedades e realizada pelo trabalhador escravo. Produção monocultural, latifundiária e escravocrata, eis o que melhor caracteriza a nossa atividade econômica.

A produção para exportar depende, diretamente, das condições do mercado externo — de nossos compradores de outros países. Quando há demanda dos nossos produtos nós expandimos e lucramos. Quando por algum motivo (aparecimento de

concorrentes, diminuição da procura, queda dos preços, etc.), o mercado se retrai, a crise se instala em nossa economia. É, como se vê, apesar de sermos grandes produtores de açúcar, algodão, tabaco, etc., em diferentes momentos de nossa história, uma economia vulnerável, frágil, em que a crise pode acontecer a qualquer instante.

Depois da Independência a situação da economia era de crise. Os principais produtos — açúcar, algodão, arroz, tabaco, couros e peles, encontravam a concorrência de outros produtores em melhores condições que as nossas. Essa crise se fazia sentir com mais intensidade nas regiões Norte e Nordeste do país. O quadro abaixo nos indica a situação dos principais produtos até 1850.

O exame dos dados indica o crescimento rápido de um produto — o café. Cultivado no Brasil desde o século XVIII, passa a ser o grande produto de exportação a partir dos anos 30 do século XIX. O consumo cada vez maior no mercado internacional, especialmente nos EUA; as condições favoráveis de solo e

PORCENTAGEM DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO

	1821-1830	*1831-1840*	*1841-1850*
Açucar	30,1%	24%	26,7%
Algodão	20,6%	10,8%	7,5%
Café	18,4%	43,8%	41,4%
Couros e Peles	13,6%	7,9%	8,5%

clima nas proximidades do Rio de Janeiro, que tinha a conveniência de ser um importante porto de exportação, além de facilidades de transportes e mão-de-obra, propiciam a rápida expansão do café.

O grande surto do café se instala no Vale do Rio Paraíba, concentrando-se nas grandes lavouras, que permitem o surgimento dos "barões do café", uma nova aristocracia rural que se forma com a nova riqueza. A partir de 1870, no entanto, a região do Vale do Paraíba começa a apresentar sintomas de decadência pelo rápido empobrecimento do solo.

O Oeste de São Paulo, tendo Campinas como centro, será a área posteriormente ocupada pelas fazendas de café, formando a aristocracia do café — grandes fazendeiros, de hábitos urbanos, passando a maior parte do tempo nas cidades, embebendo-se das idéias novas que percorrem esses centros. As idéias de República e de Abolição eram duas delas.

A cultura do café não foi só importante por ter resolvido a nossa situação de crise. A sua marcha provocou, pelos seus efeitos, mudanças fundamentais, o desenvolvimento econômico e social do período monárquico que é, como veremos, fundamental para o nosso estudo.

Quais seriam os efeitos da expansão da "onda verde" dos cafezais? 1) Para resolver os seus problemas de transportes, implanta e desenvolve o sistema ferroviário; 2) para resolver os problemas do beneficiamento e ensacamento, dinamiza as atividades industriais de máquinas de beneficiar café e sacaria, ao mesmo tempo que incentiva a indústria têxtil para vestir os seus trabalhadores (escravos, depois os assalariados); 3) para resolver os seus problemas de comercialização, financiamento e abastecimento, dinamiza as atividades do comércio de exportação e importação, o sistema bancário, o convívio urbano, além de propiciar o desenvolvimento dos portos, armazéns, transportes urbanos, numa palavra — auxilia o crescimento ou o aparecimento de cidades; 4) para resolver os seus problemas de mão-de-obra utiliza-se dos escravos e depois, com a extinção do tráfico, em 1850, e com a crescente necessidade de braços para a lavoura com a expansão, introduz-se o trabalhador livre: o assalariado.

O surto de progresso, a partir de 1850, vincula-se especialmente a esse desenvolvimento da cafeicultura. Contribuíram para isso também dois outros fatores: 1) o tráfico de escravos concentrava grandes capitais que passam a ser investidos em outros setores da economia; um relatório da Câmara dos Deputados, em 1860, assim se refere aos efeitos da extinção do tráfico: "Este fato, como é sabido, teve um imenso alcance, mudando completamente a face das coisas na agricultura, no comércio, na indústria. Os capitais que eram empregados nestas ilícitas transações (refere-se ao tráfico de escravos) afluíram à praça"; 2) os surtos de curta prosperidade econômica ocorridos com as culturas da cana-de-açúcar, do algodão e especialmente da borracha.

O "Surto Industrial" e a Urbanização

A partir de 1850, indica Caio Prado Jr., fundam-se "62 empresas industriais, 14 bancos, 3 caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 23 de seguros, 4 de colonização, 8 de mineração, 3 de transporte urbano, 2 de gás e 8 estradas de ferro". A partir de 1860 realizam-se exposições industriais, que indicam transformações. É a época conhecida como a "era Mauá", em que se destaca a ação desse empresário que dedica-se a múltiplas atividades. É o industrial, o banqueiro, o construtor de ferrovias, o empresário de navegações, tentando modificar o panorama de uma sociedade estritamente agrícola.

Há modernização com o aparecimento de novas técnicas de transportes (ferrovias e navegação); as comunicações avançam com o uso do telégrafo, inicia-se a produção de máquinas para a incipiente indústria de transformação. Emite-se papel-moeda em quantidade e há um razoável aumento da atividade comercial. O crédito passa a ser uma entidade presente na acanhada sociedade da época. José de Alencar, romancista e político do Império, em peça teatral — *O Crédito* — mostra a sensível influência dessa nova prática numa sociedade ainda pouco afeita a ela. "O crédito, afirma um dos seus personagens, é uma invenção que seguiu de perto a descoberta do caucho, e isto por uma razão muito simples: o crédito não é outra coisa senão a goma-elástica do dinheiro, é o meio de fazer com que uma nota de

cinco mil-réis valha dez!"; "O crédito, afirma outro, é uma das mais belas descobertas da indústria moderna".

Outro importante político do Império, Eusébio de Queirós, retrata "o estado verdadeiramente lisonjeiro a que tem chegado o país, e que se revela por todas as maneiras por que a prosperidade pública pode fazer-se conhecer, já pela espantosa elevação da receita, já pelo desenvolvimento do espírito de empresa que tem entre nós chegado nestes últimos tempos a um ponto de que não havia memória, pois aparecem nada menos de três propostas para a navegação por vapor no Rio Amazonas, e ao mesmo tempo 4 ou 5 por iluminação por gás corrente na cidade do Rio de Janeiro, outras para estradas de ferro do Rio para Minas ou São Paulo, e isto quando se trata da navegação do Rio São Francisco e do Mucuri; já pela abundância de capitais, que têm chegado ao ponto por todos nós sabido, pois vemos os bancos conseguirem em poucos dias reunir capitais que antigamente não se conseguiam no espaço de meses". Isto, em 1851.

Apesar das crises financeiras de 1857 e 1864, dos efeitos maléficos da guerra do Paraguai sobre as finanças, na década de 1870, o ritmo do crescimento não é interrompido. Em 1874, havia 175 indústrias, entre 1875-1895 o seu número passa para mais de 461, concentradas no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas.

O progresso e a acumulação de capitais eram mais intensos na atividade cafeeira e os fazendeiros

do Oeste de São Paulo passam a substituir, gradualmente, o trabalho escravo pelo livre. Isto libera novos capitais, antes imobilizados na compra de escravos e incentiva ainda mais as atividades econômicas.

O desenvolvimento econômico, ao propiciar um acúmulo de capitais nas mãos dos fazendeiros, ao desenvolver o setor manufatureiro e as atividades comerciais e de transportes ferroviários, é acompanhado, necessariamente, de um crescimento dos centros urbanos, sedes de muitas dessas atividades. Algumas cidades crescem — aquelas próximas aos centros produtores de café, os portos de exportação e importação; outras nascem, ao longo das linhas férreas que acompanham a marcha do café, outras quase desaparecem, ligadas que estavam a antigos caminhos do café. Há regiões que entram em decadência. Mas o que nos interessa ressaltar é o crescimento de alguns centros urbanos. A província de São Paulo, que em 1832 tinha 45 vilas e 1 cidade, passa para 57 cidades e 69 vilas, em 1887. A ferrovia, facilitando as comunicações das áreas rurais com as cidades, leva os grandes proprietários — especialmente das regiões mais novas do café — o Oeste — a viverem nas cidades. Elas se modernizam: praças, teatros, hotéis, transportes urbanos, iluminação a gás, atividades manufatureiras e comerciais. Em 1868 instala-se o sistema de carris urbanos (transporte urbano) no Recife. Em 1872-1895 estendem-se serviços semelhantes para Salvador, Rio de Janeiro, S. Luiz, Campinas e São Paulo. A década de 80 vê aparecer

serviços telefônicos em São Paulo, Salvador, Rio de Janeiro, Campinas. Como se vê, é ainda um crescimento que se concentra em algumas das grandes cidades e não ganha as cidades menores do interior. Estas guardam as características resultantes de nossa formação histórica — cidades pequenas, dependentes dos grandes senhores rurais, com precárias condições: núcleo urbano reduzido, insalubridade, transportes deficientes, atividade comercial restrita. São centros administrativos e religiosos sob o domínio dos grandes senhores rurais que dispõem à vontade de uma população dependente. As cidades menores do interior são mera extensão do domínio rural. Moradia eventual ou permanente do grande proprietário rural, que se transforma no "mandão local", dominando as pessoas e os cargos públicos desses burgos do interior. Enquanto nos centros maiores, como veremos, novas formas de convivência social se efetivam, permanece, nas cidades do interior, a situação oposta. Aqui, a cidade não tem vida própria, independente, é uma extensão do domínio rural.

Nas outras, nos centros maiores já referidos, o desenvolvimento econômico apontado ocasiona um aumento da população (São Paulo passa de 31 385 habitantes, em 1872, para 239 820, em 1900; Rio de Janeiro de 274 972 para 811 443, etc.), o que acarreta uma diferenciação das ocupações e novas relações entre os seus habitantes.

No ano de 1872, a população era de 10 112 061 habitantes. A sua distribuição, por número de habi-

tantes, conforme as profissões, era: Religiosos — 2618; Juristas (juízes, advogados, notários e escrivães, procuradores, oficiais de justiça) — 6958; Médicos, Farmacêuticos e Parteiros — 4554; Professores e Homens de Letras — 3525; Empregados Públicos — 10770; Artistas — 41203; Militares — 27716; Marítimos e Pescadores — 39445; Capitalistas e Proprietários — 31865. *Profissões Industriais e Comerciais*: Manufatureiros e Fabricantes — 19366; Comerciantes, Guarda-Livros e Caixeiros — 102133; *Profissões Manuais ou Mecânicas*: Costureiras — 506405; Operários (em tecidos, madeira, metais, calçados, couros e peles, etc.) — 262936. *Profissões Agrícolas*: Lavradores — 3037466; Criadores — 206132; Assalariados (criados e jornaleiros) — 409672. *Serviço Doméstico*: 1045615. *Sem Profissão* — 4172114.

Os dados mostram como há um processo de divisão do trabalho que torna as relações sociais mais complexas. Nesses centros urbanos as atividades profissionais se multiplicam, gerando novas exigências de uma sociedade mais heterogênea.

Não mais grandes proprietários e trabalhadores (escravos ou não) como no campo. Não mais senhores rurais e uma acanhada população das pequenas cidades. Nesses centros (note-se o quadro) tornam-se possíveis novas formas de convivência social: associações artísticas, musicais, profissionais. As idéias mais progressistas — abolicionismo, república, reformas do processo eleitoral — passam a ter os seus

adeptos e defensores. Os comícios urbanos (*meetings*, como eram conhecidos), em que se pregam as novas idéias, são cada vez mais freqüentes. Abandonam-se as reuniões fechadas em associações, teatros e banquetes. A praça passa a ser um lugar de reivindicações. A vida cultural e política se dinamiza. O analfabetismo regride com o aumento do número de escolas. Em 1835 a cidade de São Paulo tinha 95% de analfabetos, em 1872 65%; em 1887 55%. Nesta mesma época, a província tinha 71%. Note-se que esta região apresentava, no período, um índice muito grande de progresso. Para o Brasil, em geral, o atraso era maior.

São cidades importantes, não resta dúvida. Mas não são ainda grandes centros industriais. Era um crescimento urbano, fruto da expansão da atividade agrícola — a do café — e da expansão comercial, uma vez que o país se integrava — pela própria natureza de sua economia agrário-exportadora — ao mercado internacional. Liga-se a este aspecto do nosso estudo uma importante característica do período monárquico, sem o qual este quadro geral não se completaria. Trata-se das nossas relações com a Inglaterra — a nação mais desenvolvida na época e que terá uma marcada influência em muitos e importantes aspectos da nação brasileira. O nosso intercâmbio econômico com a Inglaterra é um dos mais relevantes fatores para o bom conhecimento do período monárquico que estamos estudando. Desde antes de 1822, a presença britânica passa a ser uma constante na vida brasileira. É a sua ação no pro-

cesso de reconhecimento de nossa Independência, é a pressão para o fim do tráfico dos escravos, são os constantes empréstimos realizados pelo governo brasileiro para poder pagar os déficits provocados por uma crescente importação. Até 1852, tínhamos feito 4 grandes empréstimos dos banqueiros ingleses e, durante todo o período, constantemente recorríamos a essel expediente. Esses capitais ingleses seriam investidos em ferrovias, no crescimento industrial, no aparelhamento de portos marítimos, no pagamentode dívidas vencidas, nos juros das dívidas, etc.

Além disso, sendo a Inglaterra a grande nação manufatureira fruto da sua Revolução Industrial, era por isso mesmo uma grande exportadora. Os seus produtos acabam por conquistar definitivamente o nosso mercado consumidor. O depoimento de James Watson Webb, representante dos Estados Unidos junto ao governo brasileiro, feito em 1851, é muito elucidativo: "Em todas as fazendas do Brasil, dizia Webb, os donos e seus escravos vestem-se com manufaturas do trabalho livre, e nove décimos delas são inglesas. A Inglaterra fornece todo o capital necessário para melhoramentos internos no Brasil e fabrica todos os utensílios de uso ordinário, de enxada para cima, e quase todos os artigos de luxo, ou de necessidade, desde o alfinete até o vestido mais caro. A cerâmica inglesa, os artigos ingleses de vidro, ferro, madeira, são tão universais como os panos de lã e os tecidos de algodão. A Grã-Bretanha fornece ao Brasil os seus navios a vapor e à vela, calça-lhe e

drena-lhe as ruas, ilumina-lhe a gás as cidades, constrói-lhe as ferrovias, explora-lhe as minas, é o seu banqueiro e levanta-lhe as linhas telefônicas, transporta-lhe as malas postais, constrói-lhe as docas, motores, vagões, numa palavra — veste e faz tudo, menos alimentar o povo brasileiro". De fato, da Inglaterra recebíamos quase tudo: tecidos de algodão, linho, lã e seda; sabão grosso, louça comum, cerveja, pólvora, guarda-chuvas, máquinas e até caixão de defunto, sem contar esquis para um clima tropical. Acrescente-se biscoitos, manteiga, presuntos e o famoso ungüento Halloway, indicado para câimbras, calos, cortaduras, moléstias da pele, do fígado, das articulações, fístulas, friagens, inflamações, frieiras, moléstias das pernas, dos peitos e dos olhos, reumatismo, úlceras, etc.

O uso da palheta, do monóculo, do guarda-chuva e da bengala, eram outras influências britânicas sobre as nossas classes abastadas. Pelo que se nota "os brasileiros não poderiam passar sem os ingleses", na afirmação de um político paulista da época. No entanto, esse surto de progresso, é bom que se diga, foi um privilégio de alguns segmentos da população — das classes mais abastadas e alguns setores das camadas médias urbanas. Para o grosso da população — para as camadas populares, para os escravos, isto custou mais trabalho que progresso. Não foi também um surto de desenvolvimento que cobriu todo o país, concentrou-se especialmente no Centro-Sul e foi responsável, entre 1850-1870, pela estabilidade da Monarquia, pela paz do Império.

Os Grupos Tradicionais de apoio à Monarquia e os novos grupos de oposição

Este surto de progresso realiza-se sob a tutela da Monarquia, um regime centralizador, avesso a transformações profundas. Graças a ele, entretanto, passa a haver a presença de novos componentes na sociedade do Império. Um deles são os grandes proprietários, fazendeiros de café do Oeste de São Paulo, que acabam por propor mudanças que se contrapõem aos interesses dos grupos tradicionais encastelados na Monarquia. Estes eram como os do Oeste, grandes proprietários de terras e também fazendeiros de café. A região era outra: o Vale do Paraíba. São escravocratas, conservadores, como o regime. Apóiam as instituições monárquicas e participam diretamente do poder.

Como homens de negócios, adquirem terras e mão-de-obra escrava, organizando a produção e os transportes, cuidando da comercialização do café, formando uma aristocracia dinâmica, mas sobretudo apegada aos valores de uma sociedade escravocrata. Por isso, darão todo o apoio à Monarquia. Enquanto o café — no Vale do Paraíba — tinha terras férteis e mão-de-obra escrava disponíveis, havia prosperidade. Quando o tráfico de escravos — em 1850 — teve fim, dando origem a um dos mais sérios problemas para a economia cafeeira — a falta de mão-de-obra —, e quando as terras cansadas pela lavoura

passaram a produzir menos, os fazendeiros do Vale do Paraíba começam a conhecer a decadência.

No entanto, o café não ficou circunscrito ao Vale do Paraíba. Espraiou-se, e, na sua expansão para o Oeste de São Paulo, foi resolvendo os seus problemas de mão-de-obra. No início, porque a produção era rendosa, paga caro o preço dos escravos, não mais vindos da África, mas de outras províncias do Brasil. Por algum tempo, esse tráfico interprovincial foi importante. Mas isto não bastava para dar conta das necessidades de mão-de-obra. Os fazendeiros dessas novas áreas — ao contrário daquelas do Vale — substituem aos poucos o escravo pelo trabalhador livre; ao mesmo tempo, procuram métodos mais aperfeiçoados para a produção, o preparo e o beneficiamento do café. A Assembléia da Província de São Paulo apresenta, em 1863, projetos para introdução de métodos mais racionais no cultivo do produto. Isto, com certeza, era resultado das primeiras experiências com novas máquinas na região Oeste. Na década de 70, grandes investimentos em maquinaria foram feitos na área, melhorando a produção e economizando mão-de-obra. Isto era mais fácil no Oeste, pois havia capitais para a aquisição de máquinas, podendo-se contar com trabalhadores livres — mais qualificados para o seu manuseio e conservação. O escravo das fazendas do Vale do Paraíba não tinha interesse no trabalho pela sua própria condição. Desinteressado no trabalho, não estava apto para cuidar de maquinarias dispendiosas.

Temos, então, uma divisão bem nítida entre o

Vale do Paraíba Fluminente e Paulista — e a zona Oeste, especialmente a partir de 1870. No Vale — baixa produção de café (50 arrobas por mil pés), falta de capitais para modernizar a produção, presença maciça de trabalho escravo. Estes antigos "barões do café" estão cada vez mais assoberbados pelas dívidas. No Oeste, cafezais produtivos (200 arrobas por mil pés), capitais disponíveis e substituição crescente do trabalho escravo pelo livre.

A divergência entre esses dois grupos de grandes proprietários não pára aqui. Os novos fazendeiros passam a morar nas grandes cidades — São Paulo, que apresenta grande crescimento, seria conhecida na época como a capital dos fazendeiros de café. Nesses centros urbanos, agem como homens progressistas, como homens de negócios — investem em Bancos, em ações das Cias. de Estrada de Ferro (a Cia. Paulista é conhecida como a Estrada de Ferro dos Fazendeiros Paulistas), ligam-se a atividades industriais, adquirem imóveis, lutam pela imigração. São abolicionistas. Passam a ter uma série de aspirações novas. Em outras regiões do país, com menos intensidade, esta divisão entre os grupos de grandes proprietários em progressistas e tradicionais também se faz — no Nordeste açucareiro e no Rio Grande do Sul. Em nenhuma com a mesma intensidade da Província de São Paulo. Os grupos tradicionais, que durante todo o período haviam sido o suporte da Monarquia, enfraqueciam-se e, com eles, o regime. Isto porque os grupos progressistas tinham novas exigências. Acusavam as instituições monárquicas de serem

muito centralizadoras, impedindo o desenvolvimento destas novas regiões.

Como veremos, a crítica ao centralismo será um dos pólos de luta do Partido Republicano. Pediam a Federação, maior autonomia das Províncias, para que os problemas regionais fossem melhor resolvidos. A administração centralizada era extremamente ineficaz em um país de distâncias enormes como o nosso e com as imensas dificuldades de comunicações da época. No Oeste de São Paulo essas reivindicações eram mais sentidas. Há os que propõem a separação da Província.

Aumentava os descontentamentos o fato de a região ter uma inexpressiva representação política na Monarquia. Economicamente ela era importante, politicamente não. Pretendiam ganhar cargos políticos, participar do poder para pôr em prática as suas aspirações: são abolicionistas, são pela separação da Igreja e o Estado (a religião do Estado era a católica, o que prejudicava o movimento de imigração), atacam o Senado Vitalício, o Conselho de Estado, etc., mas não participam, como políticos, do Senado ou da Câmara dos Deputados, onde poderiam lutar por suas idéias. Um dos melhores estudos sobre este assunto (*Da Monarquia à República — Momentos Decisivos*, Emília Viotti da Costa) nos informa: "O número de senadores paulistas equivalia ao do Pará, enquanto Sergipe, Alagoas, Paraíba tinham dois, Bahia, seis, Minas contava com dez, Pernambuco, seis e Rio de Janeiro, cinco; São Paulo tinha na Câmara dos Deputados uma bancada composta de nove

deputados, Pernambuco 13, Bahia 14, Município do Norte e do Rio de Janeiro 12, Minas 20. Analisando os componentes dos Ministérios verifica-se igualmente que foram raros os representantes do Oeste paulista que figuraram como Ministros. O mesmo se observa no Conselho de Estado onde predominavam representantes de outras regiões, principalmente do Vale do Paraíba, Minas, Bahia e Rio Grande do Sul. O que é mais grave é que até mesmo na Presidência da Província, obedecendo aliás a uma norma seguida na época, predominavam elementos oriundos de outras regiões".

Queixam-se também os paulistas do muito que arrecadam e enviam para o Governo Central. São Paulo contribuía com 1/6 da arrecadação do Brasil. Manda, anualmente, 20.000:000$000 e recebe do poder central 3.000:000$000. Os motivos de descontentamento eram muitos e a Imprensa da época marca-os com veemência, pregando até mesmo a separação de São Paulo, liquidando os seus negócios com *O Brasil Bragantino na Corrupção e Cia.*, no dizer de um articulista.

Liderados pelos grupos progressistas dos fazendeiros de café estão outros setores da sociedade — outras camadas sociais, que participam das críticas ao regime. O exame do quadro das profissões da população do Brasil, em 1872, mostra a presença de elementos ligados a atividades mercantis, às profissões liberais, à administração pública, que, em parte, se colocam a favor da abolição, das eleições diretas, do federalismo.

O clero, formado de elementos mais cultos que a média da população, em contato com o povo e com presença em todo o país através da atividade paroquial, em boa parte, é simpático às reformas. A religião católica, oficial, segundo a Constituição de 1824, ocasiona não poucos problemas nas relações Igreja-Estado. A questão religiosa, como veremos, será o mais sério deles. Havia setores do clero que postulavam a defesa da Monarquia. Eram os conservadores.

O Exército, formado em boa medida por elementos mais pobres da sociedade, que tinham na carreira militar possibilidades de ascender, não era alheio aos ataques à Monarquia. Irá desempenhar importante papel na queda do Império.

O crescimento urbano, já indicado, gerou nas cidades mais importantes um necessário aumento das camadas pobres, que apesar de não se organizarem através de reivindicações próprias, representam um novo componente neste quadro social já heterogêneo.

Acrescente-se os grupos ligados à precária atividade industrial. Reivindicam o apoio governamental para as suas iniciativas, tendo como oposição os setores agrários tradicionais. Acabam, como os demais, por se interessar nas mudanças.

Note-se, em resumo, os frutos das transformações que se iniciam na segunda metade do século passado: os fazendeiros do Oeste de São Paulo, os grupos ligados ao incipiente surto industrial, o aumento das camadas urbanas, setores da Igreja e do

Exército, que reivindicam maior autonomia para as províncias, eleições diretas, moralização dos costumes políticos, abolição da escravatura, separar a Igreja do Estado, extinção do Senado vitalício, do Conselho de Ministros.

Reivindicações que pediam mudanças rápidas. No entanto, a Monarquia atrelada aos grupos conservadores tinha dificuldades em acompanhar, com a pressa necessária, as novas exigências que, em sua maioria, pediam reformas e não a sua destruição. Era o caso das exigências das áreas mais dinâmicas, reivindicando a descentralização, o federalismo. Uma vez associada ao republicanismo, a idéia de federalismo passa a ser uma séria ameaça à estabilidade da Monarquia. Os estadistas do Império, respeitando o caráter conservador do regime, ao não precipitarem medidas arrojadas descontentam os grupos mais dinâmicos. Ao mesmo tempo, perdem o apoio dos grupos conservadores, uma vez que a realidade impõe mudanças inevitáveis. Perde o sistema o apoio dos grupos tradicionais, sem angariar o amparo dos opositores. Daí o seu isolamento.

As oposições, lideradas pelos grandes fazendeiros do Oeste de São Paulo, se antepõem aos grandes proprietários tradicionais encastelados na Monarquia. Terão o apoio, em sua campanha, de outros setores progressistas atrelados ao movimento. No entanto, não devemos perder de vista o fato de o movimento estar centrado nos interesses daqueles proprietários. Se é possível indicar que algumas das exigências vinha ao encontro das necessidades de outros

setores da sociedade é bom esclarecer que os interesses populares estavam longe de consideração primordial.

Por isso, para todo o período monárquico vale a crítica de Tavares Bastos, em 1861: "Há uma coisa que se esquece muito no Brasil: é a sorte do povo; do povo que não é o grande proprietário, o capitalista riquíssimo, o nobre improvisado, o bacharel, o homem de posição. Ora-se a propósito de tudo, menos a propósito do povo. Escreve-se a respeito de Roma e Grécia, de França e Inglaterra, mas não se escreve acerca do povo".

A verdade é que as transformações iniciadas na década de 50 geram exigências de uma sociedade que se modifica. A Monarquia, impossibilitada de responder aos reclamos, se enfraquece na medida em que as oposições se organizam.

A Organização das Oposições

No dia 3 de dezembro de 1870, no Rio de Janeiro, surge o jornal *A República*, trazendo o Manifesto do Partido Republicano. Era "a voz de um Partido que se alça para falar ao país", como afirmava. Dirigia-se ao povo e tinha uma proposta: a mudança do regime. Em vez de Monarquia — República. Pretendiam os republicanos com o seu manifesto esclarecer a sociedade a respeito dos defeitos do regime monárquico e das virtudes da República.

Achavam que era possível a mudança com esse esclarecimento. Não pretendiam "convulsionar a sociedade", como afirmava o manifesto. Não apoiavam a "revolução".

Para os republicanos, a Monarquia era um regime de privilégios: "o privilégio em todas as suas relações com a sociedade — tal é, em síntese, a fórmula social e política do nosso país — privilégio de religião, privilégio de raça, privilégio de sabedoria, privilégio de posição". Por isso, a Monarquia levava o país a uma "decadência moral", a uma "desorganização administrativa e a perturbações econômicas que ameaçavam devorar o futuro, depois de haverem arruinado o presente". Uma das fontes de todos esses males — a principal — era o excessivo poder do Imperador — um "poder onipotente, perpétuo, superior à lei e à opinião", um poder "sagrado, inviolável e irresponsável". Esse era para os republicanos um dos graves defeitos do sistema monárquico. Outro defeito — a falta de representação nacional — "não há nem pode haver representação nacional, afirmavam os republicanos, onde não há eleição livre, onde a vontade do cidadão e a sua liberdade individual estão dependentes dos agentes imediatos do poder que dispõe da força pública". A Câmara dos Deputados podendo ser fechada pela vontade do soberano, o Senado vitalício, não eram para os republicanos um sistema que representava os interesses da nação. Era muito mais "o império do poder pessoal" de D. Pedro II.

A Monarquia, sendo hereditária e com a concentração dos poderes na figura do Imperador, era contrária aos interesses do povo. Impedia a participação popular. Eram dois princípios incompatíveis: a Monarquia hereditária e a soberania do povo representada pela república. Por isso, não havia convivência possível entre elas.

Ao atacar esses males da Monarquia, o novo partido lembra algumas críticas de ilustres políticos do Império — Euzébio de Queirós, Nabuco de Araújo, José de Alencar, etc., que apontavam defeitos do sistema monárquico.

Os males seriam sanados com a República. Esta seria democrática e federativa. A democracia seria o respeito à soberania popular. Ela só poderia existir em "uma nação cujo parlamento, eleito pela participação de todos os cidadãos, tenha a suprema direção e pronuncie a última palavra nos públicos negócios". Era o poder do Parlamento em lugar do poder pessoal de D. Pedro II. A federação seria a independência das províncias, a autonomia das províncias, unidas a um Estado (o Republicano), que manteria a unidade do país, respeitando os direitos provinciais. Era a descentralização. Os republicanos acusam a demasiada centralização monárquica como a fonte de muitos males. Vale a pena citar um trecho do jornal *A República*, editado pelo Partido, onde critica a falta de autonomia das províncias, sempre dependentes do governo geral, não podendo sequer escolher os seus presidentes, nomeados pelo Imperador. Quase sempre, eram elementos estranhos, vindos de outras províncias. Saldanha Marinho, um dos

que assinam o Manifesto de 70, tinha sido presidente de Minas e São Paulo. Assim dizia *A República* — "Tudo parece morto, as câmaras municipais sem meios, os colégios sem meninos, os habitantes do lugar sem a iniciativa individual que faz milagres, sem o desejo de se instruir, porque não conhecem a utilidade da instrução, sem recurso para o fazerem ainda que o quisessem — eis o estado desesperado do nosso país. Estradas, vias férreas, canalização e navegação fluvial, instrução pública, tudo depende do governo geral ou de um presidente que é estranho a maior parte das vezes às províncias e que permanece apenas 4 meses na sua administração".

"Este estado de constante anarquia em que vivem as províncias, anarquia das baionetas, anarquia da intervenção armada nas eleições, deve cessar com a Monarquia que é causa direta e única de tantas desordens. A Monarquia entre nós tem sido a anarquia armada e disciplinada. As províncias anarquizadas por esta forma não têm podido defender os seus recursos. Mude-se a Monarquia para a República Federativa, as províncias terão presidentes eleitos por elas, saídos do seu seio e conhecendo portanto suas necessidades; esses presidentes eleitos por quatro anos mais ou menos terão de imprimir uma marcha uniforme aos negócios das províncias, as comunas ou as câmaras municipais atingirão entre nós o grau que têm atingido nos Estados Unidos." Sobre a instabilidade do presidente de província, de livre nomeação e demissão do Imperador, o exemplo de Minas Gerais é elucidativo — houve 117 presidentes,

entre 1822-1889, o que dá, em média, pouco mais de 6 meses para cada presidente. A disputa de cargos era muito comum e D. Pedro II utiliza-a, muitas vezes, para favorecer pessoas e conseguir adeptos.

Afirmam que a centralização acabará por provocar o desmembramento do Império. A unidade seria alcançada pela descentralização. Esta só seria possível com os princípios democráticos e federativos defendidos pelos republicanos.

Em resumo, os republicanos atacam a Monarquia hereditária, o Senado vitalício, o sistema eleitoral, a centralização do poder, o excessivo poder de d. Pedro II e propõem um novo regime de governo — a República Federativa. Chegar-se-ia a ele através da *evolução*, de um lento esclarecimento da sociedade, nunca pela *revolução*. Não era intento "convulsionar a sociedade". A forma para conseguir essas reformas era a convocação de uma Assembléia Constituinte que teria o objetivo de instaurar um novo regime. Isto porque a Constituição de 1824, em seu artigo 188, dava essa possibilidade. Era necessário que os republicanos participassem do Parlamento, elegendo-se deputados e, sendo maioria, proporiam a mudança de regime. O Conde Afonso Celso em seu livro *Oito Anos de Parlamento — Poder Pessoal de D. Pedro II* também defende esta proposta dos republicanos.

Este Manifesto Republicano de 1870 é assinado por 1 fazendeiro, 14 advogados, 10 jornalistas, 9 médicos, 5 engenheiros, 2 professores, 3 empregados públicos, 8 negociantes e 1 "capitalista". São, em

sua maioria, homens da cidade, dos centros urbanos, onde as idéias republicanas eram mais difundidas. Muitos deles, é o caso de Saldanha Marinho, haviam ocupado importantes cargos e passam agora para a propaganda do novo regime.

Se a organização dos Republicanos em um partido político era um fato novo, não eram novas as idéias republicanas. Elas, tradicionalmente, estavam ligadas, desde antes da Independência, a todos os movimentos contestadores da ordem. Mesmo em plena monarquia de D. Pedro II, todos aqueles que criticavam o governo ou o Imperador eram chamados de republicanos. Os movimentos anteriores — de caráter republicano — eram regionais, surgiam na periferia. A novidade agora é que o movimento surge no centro (capital do Império) e pretende expandir-se para todo o país. Do centro para as províncias — a idéia de um partido nacional. É bom lembrar que os republicanos, em razão das transformações econômicas e sociais já analisadas, tinham melhores possibilidades de sucesso.

Nem a idéia de república era nova, nem o Partido Republicano surge de uma hora para outra. Na verdade, para entendermos este Partido, é preciso recuarmos um pouco no tempo.

Os dois tradicionais partidos da Monarquia eram o Conservador (conhecido por saquarema) e o Liberal (conhecido por luzia). Tinham os seus programas e alternaram-se no poder de 1840 a 1889: os liberais, de julho de 1840 a março de 1841; os conservadores até fevereiro de 1844; os liberais até setembro de 1848; os conservadores até setembro de 1853, e então ambos formam um governo de Conciliação até maio de 1857; os conservadores até maio de 1862; os liberais (progressistas) até julho de 1868; os conservadores até janeiro de 1878; os liberais até julho de 1885; os conservadores até julho de 1889, os liberais até 15 de novembro de 1889 — data da Proclamação da República.

Os conservadores eram os defensores da Monarquia, da centralização do poder, da administração e instituições do Império. Os liberais pretendiam reformas: extinção do Poder Moderador, do Senado vitalício, a descentralização do poder, o fim do Conselho de Estado, reforma eleitoral, etc. Note-se que os liberais estão próximos dos ideais defendidos pelos republicanos. No entanto, não propõem a mudança do regime.

Às vezes, havia discordâncias internas nesses partidos, o que os enfraquecia. Havia situações em que os interesses regionais eram mais fortes — em 1842, a Revolução Liberal, de Minas e São Paulo, não teve o apoio dos liberais pernambucanos. Por outro lado, o conhecido Movimento Praieiro, não é apoiado pelos liberais paulistas e mineiros. Os dois partidos eram formados basicamente de uma mesma classe social — a dos grandes senhores de terras e de escravos. Não passavam, na verdade, de um arranjo das elites. O período da Conciliação (1853-57), em que há a união dos partidos, é bem mostra desta composição.

Em 1862 surge a Liga Progressista, também

chamada Partido Progressista. Era composta de liberais e conservadores moderados. Conseguem o poder entre 1862 e 1868. Pretendiam a moralização dos costumes políticos, a descentralização administrativa, a reforma eleitoral, a defesa dos direitos dos indivíduos. Para isso não queriam: 1) reformar a Constituição; 2) desrespeitar o Imperador; 3) a eleição direta; 4) a descentralização política. As principais instituições da Monarquia ficariam intocadas.

Como reação ao Progressismo, surge um grupo que passou a ser conhecido como Liberais Históricos, pois pretendem reavivar as aspirações democráticas do partido da época regencial (1831-1840), onde o partido teve a sua origem. Em 1866, surge na capital do Império o jornal *A Opinião Liberal*, que pretende: extinguir o Poder Moderador, atacar o poder pessoal do Imperador, eleições diretas, o fim da Guarda Nacional, da vitaliciedade do Senado, substituição lenta e gradual do trabalho escravo pelo livre; eleição para presidente de província. Nota-se que, a partir de 1862, as propostas de mudanças avançam sempre — o que significa dizer que aumentam os descontentamentos para com a Monarquia.

O ano de 1868 será de extrema importância para o futuro do Império. É conhecido como o ano do *Golpe de 1868* ou da *Reversão Política* que, segundo a maioria dos estudiosos, é o primórdio do ocaso da Monarquia e momento importante para o estudo da organização partidária.

Por isso é preciso fazer um parêntese em nossa exposição e conhecer melhor o ocorrido.

O Golpe de 1868

A partir de 1868, apontam os estudiosos, o esplendor dá lugar a um período de crises para as instituições monárquicas. Em 16 de julho deste ano, os liberais, que ocupavam o poder com o seu ministério chefiado por Zacarias Vasconcelos, são substituídos pelos conservadores, comandados por Itaboraí.

Zacarias estava diante de um problema de difícil solução — o da Guerra do Paraguai, iniciada em 1864. Assumira o poder em 1866, quando havia dois anos de guerra. Esta era um sorvedouro de homens e de dinheiro. Nesse mesmo ano, Caxias — um político conservador — é indicado para comandar as operações militares no Paraguai. A presença de um conservador cria descontentamentos, agravados com a demissão do Ministro da Guerra — Silva Ferraz —, liberal e inimigo pessoal de Caxias. A indicação de Caxias foi acompanhada de uma campanha contínua contra a sua ação no Paraguai. É freqüentemente acusado, na imprensa, de não saber conduzir as operações de uma guerra infindável. É por isso que em fevereiro de 1868 Caxias, argumentando doença, pede o seu afastamento do comando. O motivo, no entanto, confessa Caxias ao Ministro da Guerra, era a campanha contra a sua ação, sem que o Ministério nada fizesse em sua defesa. Diante disso, Zacarias propõe a demissão do seu gabinete e a continuidade de Caxias no comando militar. Consultado o Conselho de Estado, as demissões ficam em suspenso. Sa-

bia-se, no entanto, que D. Pedro II pendia para Caxias, o que colocava Zacarias e o seu gabinete em situação difícil.

Estando Zacarias preterido, aguardava um motivo para exonerar-se. Ele se dá quando da escolha da lista tríplice de senadores da Província do Rio Grande do Norte. Pelo uso do Poder Moderador, D. Pedro II nomearia os senadores de listas tríplices eleitas e oferecidas pelas províncias. Entre os 3 concorrentes havia um que era do agrado do Imperador — Sales Torres Homem, e outro — Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti, estava na preferência de Zacarias. Torres Homem, sem dúvida mais competente, acumulava uma inimizade para com Zacarias. Escolhendo Torres Homem, D. Pedro dá o motivo para a retirada do Chefe do Gabinete. Caxias fica, cumpre-se o desejo do Imperador. Zacarias nega-se a indicar sucessor. Itaboraí — chefe conservador — é convidado para formar o Gabinete.

Esta reversão política dos liberais para os conservadores causa impacto na Câmara dos Deputados, majoritariamente liberal (progressista). A mudança é no dia 16 de julho. No dia seguinte, aprova-se a seguinte moção de José Bonifácio, contra a medida, por 85 votos a 10:

"A Câmara dos Deputados vê com profundo pesar e geral surpresa o estranho aparecimento do atual gabinete, gerado fora do seu seio e simbolizando uma nova política, sem que uma questão parlamentar tivesse provocado a queda dos seus antecessores. Amiga sincera do sistema representativo e

da Monarquia constitucional, a Câmara lamenta este fato singular, não tem e não pode ter confiança no Governo."

Embora coubesse a D. Pedro II, legalmente, o poder de indicar novo ministério — não sendo a primeira vez que usara este expediente — a verdade é que os liberais estavam fortes no poder, não havendo nenhuma questão que os impedisse de continuar. Esta a maior fonte de descontentamentos.

Aprovada a moção de desconfiança da Câmara para com o Ministério, no dia seguinte, 18 de julho, ela é dissolvida. Marca-se para maio de 1869 eleição da nova Câmara dos deputados, que será majoritariamente conservadora, como o Ministério. Caberia muita razão a Nabuco de Araújo ao afirmar que "o Poder Moderador pode chamar a quem quiser para organizar ministérios; esta pessoa faz a eleição porque há de fazê-la; esta eleição faz a maioria. Eis o sistema representativo do nosso país".

Também estava correto o senador Nabuco ao afirmar que esta mudança "foi uma fatalidade" para as instituições monárquicas. Isto porque serviu para aumentar as insatisfações contra o regime.

O golpe foi em 16 de julho. Poucos dias depois, em 29 de julho, funda-se o Centro Liberal, entre os que se colocaram contra a medida do Imperador, "as forças democráticas contra a ditadura", segundo opinião de Nabuco de Araújo, em cuja residência se dera a reunião que dá origem ao Centro Liberal. Empenha-se por um novo programa partidário, muito próximo ao exposto pela Opinião Liberal, de 1866.

Em março de 1869 o Centro Liberal lança um longo manifesto, propondo como alternativas para as soluções dos problemas da Monarquia a Reforma e não a Revolução; reforma como única forma de salvar o país. A prudência em lugar do radicalismo.

Pouco tempo depois cria-se o Clube da Reforma e o jornal *A Reforma*, que continuam o ataque à Monarquia. Havia, desde 1868, uma ala radical dos liberais que já discutia a possibilidade da República. Em novembro de 1870, os radicais depois de diversas reuniões apóiam, por grande maioria, a idéia do Manifesto Republicano de 1870, cujos pontos principais já analisamos.

Criado o partido, é preciso examinar a sua ação nas diferentes províncias, uma vez que se propunha ser um *Partido Nacional*.

A EXPANSÃO DAS IDÉIAS REPUBLICANAS

O Manifesto Republicano teve pouca repercussão. Por isso, o reduzido número de adeptos. O seu principal jornal — *A República* — permanece até 1874 tentando organizar a propaganda do partido. Há outros periódicos de curta duração: *Brasil Americano*, a *Lanterna*, *O Amigo do Povo*. Só em 1887, 88 e 89 é que se conseguem realizar congressos nacionais, mesmo assim com pequena participação das províncias. O movimento concentra-se nas províncias do Sul: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul.

São Paulo — pelo desenvolvimento da lavoura cafeeira no Oeste, como vimos realizado pelos novos grupos de proprietários adeptos das idéias republicanas, do trabalho livre, sequiosos de participação na política — é a província mais dinâmica na expansão do novo partido. Em 1873, na cidade de Itu,

realizam a Convenção do Partido Republicano Paulista — a Convenção de Itu, reunindo 133 participantes, dos quais 76 proprietários de terras. Nessa província chega mesmo a aparecer um movimento separatista, propondo o desligamento de São Paulo do resto do Brasil. Em 1877, Ferreira de Menezes afirmava: "Todos os anos somam os paulistas o que recebem do governo geral e comparam com o que deram ao mesmo; ora, como já dão mais do que recebem e sendo como são homens positivos, poetas práticos, murmuram: por que não havemos de ser independentes?". O separatismo, apesar de não ser um sentimento arraigado e de larga importância, era divulgado em livros, panfletos, jornais. Acautelavam-se contra essa idéia separatista os próprios republicanos paulistas. O Congresso do Partido Republicano Paulista de 1887 condena essa prática.

Os republicanos paulistas candidatavam-se aos cargos eletivos da Monarquia tentando participar do governo e propagar as suas idéias. Participam de vários pleitos municipais, provinciais e nacionais. Quase sempre perdem. Em 1877, elegem três deputados provinciais com o apoio dos liberais. Em 1884, conseguem algum sucesso com a eleição de Prudente de Morais e Campos Sales para deputados no Parlamento Nacional. Em 1889, o Partido Republicano Paulista controla 1/4 dos votos em São Paulo: republicanos, 3593 eleitores; liberais, 6537 e conservadores, 3957 eleitores.

Não era sem razão que D. Pedro II, em 1882, declara não se preocupar com o republicanismo,

tendo algum cuidado com São Paulo, onde o trabalho contra o regime era intenso. É que estavam à testa do movimento os grandes proprietários do Oeste, homens de prestígio e posse. Os fazendeiros do decadente Vale do Paraíba quase não tomam parte nesta ação republicana. São Paulo tinha 48 clubes republicanos, tendo atingido mais de 300 depois da Abolição dos Escravos, quando, descontentes com esta medida da Monarquia, muitos antigos adeptos do regime bandeiam-se para o republicanismo.

No Rio de Janeiro — tanto na Capital como na Província — o movimento tinha os seus adeptos. Concentra-se mais nos centros urbanos, especialmente a Capital, com 16 clubes republicanos, tendo o resto da Província mais 30 clubes. Na Capital, nomes como Saldanha Marinho, Aristides Lobo, Lopes Trovão, Quintino Bocaiúva, Silva Jardim participam de quase todos os movimentos importantes contra a Monarquia, entre 1870-1889. A ação dos republicanos na Revolta do Vintém, mesmo que pequena, é um exemplo. A revolta foi um movimento urbano, em 1880, contra o aumento de 20 réis no imposto dos transportes.

Ao disputarem cargos pela via eleitoral os republicanos desta província têm menos sorte que os companheiros paulistas. Em 1889, repre... am 1/7 do eleitorado da Capital do Império.

Em Minas Gerais, a mais populosa Província, o Manifesto de 1870 causa muito sucesso. Com 56 clubes republicanos, com ação nas cidades mais importantes — Diamantina, Juiz de Fora e Campanha

— o movimento era muito desarticulado. Em 1889, 30% do eleitorado mineiro era republicano.

Nas províncias do Norte o movimento era frágil. Pernambuco e Pará eram as mais dinâmicas, mas sem muita força. Segundo o Conde D'Eu, os do Norte eram "sempre mais dóceis à voz do governo". Região em decadência, não via a República com bons olhos. Pretendiam encontrar na Monarquia uma saída para as suas agruras. Temiam o domínio do Centro-Sul. Na Bahia, a mais populosa Província depois de Minas, o Manifesto foi de efeito quase nulo. Mais tarde (1888), Silva Jardim não consegue realizar comício republicano em Salvador. Enquanto no Centro-Sul havia, antes de 1888, 204 clubes republicanos, o Norte contava com 33.

Se o partido só poderia crescer na medida em que conseguia mais correligionários — o problema de aumentar o número de republicanos era sério. No entanto, quando há coesão, quando não existem divergências entre as lideranças do partido, este trabalho é mais fácil, embora árduo. O Partido Republicano, no entanto, teve outro problema: o de lutas internas. Elas se davam pela existência de duas alas, divergentes quanto à forma de derrubar a Monarquia.

Havia a fiel ao Manifesto de 70, que pretendia reformar e não revolucionar a sociedade. Para ela a evolução seria a forma de conseguir a reforma. Era preciso um lento trabalho em que os republicanos, elegendo-se para o Parlamento, proporiam a mudança do regime, uma vez que fossem maioria. A

República seria feita pacífica e legalmente, com base na própria Constituição Monárquica de 1824. O Partido Republicano Paulista, o mais importante núcleo, é defensor das idéias evolucionistas. Esta ala é liderada por Quintino Bocaiúva, chefe do partido em 1889.

A outra ala, discordante — minoria dentro do partido — propunha a revolução. Silva Jardim, que se notabilizou como propagandista entre 1888-89, realizava em suas conferências republicanas, especialmente em Minas, São Paulo e Rio de Janeiro, a revolução popular. Em 1889, rompe com a ala de Quintino Bocaiúva, acusando o Manifesto de 70 de reacionário. Em maio de 1888, assim expõe Silva Jardim em discurso pronunciado em Santos:

"Revolução é, politicamente falando, o levantamento em massa de um país ou de parte de um país, a fim de derrubar a instituição política, com ou sem apoio da nação inteira, por meio das armas no campo de batalha, ou por meio dos pronunciamentos nos parlamentos, na praça pública, nas reuniões, na imprensa, na tribuna, pelos artigos, pelos panfletos, pelos livros, pelos discursos, pelas preleções, pelas interpelações representativas, pela intimação última e positiva ao chefe do Estado para a obtenção de um certo fim: — temos na nossa história exemplos de revolução armada em 1817 e em 1847, temos um exemplo desta revolução menos violenta, mas não menos eficaz e enérgica, sustentável contudo em caso de necessidade, pela força armada: — o 7 de abril. A revolução armada supõe uma guerra civil, supõe

hostilidade também armada de parte da nação; se bem que eu a admire em belas passagens de nossa história e da história da Humanidade, contudo o meu espírito republicano, fraternal, só extremamente urgido aceitaria e aconselharia esse morticínio, embora de indignos compatriotas. Mas o segundo aspecto da revolução, com o apoio tácito ou expresso do país inteiro, apoio que se manifesta pela sua imprensa, pela sua tribuna, pelo seu voto contrário ao elemento monárquico, revolução que se mune mesmo da milícia necessária para sustentar-se, e que, no caso de oposição, não trepide diante da violência para com os mais retrógrados elementos da nossa sociedade, essa eu não trepido em aconselhá-la, convicto de que o país é republicano, de que as forças republicanas não devem medir-se apenas pelas do partido correspondente, convicto de que a República é idéia, ciente ou inconscientemente, pouco importa, assaz alastrada no vasto espírito anônimo nacional. Essa revolução eu não hesitaria em auxiliá-la com as minhas poucas forças, convicto de que seria geral, como o indicam diversos movimentos passados, em pontos os mais diversos do país, convicto de que a Monarquia não tem defensores, e defensores sem fé na própria causa, senão os membros da família imperial."

Alguns grupos minoritários de centros urbanos mais desenvolvidos — especialmente na Capital — aceitam a idéia de Revolução.

A própria composição do partido — grandes proprietários, profissionais liberais, negociantes,

etc., sem que houvesse participação das camadas mais baixas da população que desconheciam a imprensa republicana, os clubes e as suas reuniões, favorecia o pouco sucesso de idéias mais radicais. O destino natural do partido — por sua formação e composição — era o da Reforma, o da Evolução.

De 1870 a 1889 não foi possível à Monarquia desconhecer o Partido, a única força prática e abertamente contra o regime. D. Pedro II parecia não se preocupar muito. Achava possível convencer os republicanos com a oferta de bons cargos. Esse era um expediente usado pela Monarquia para anular opositores e agradar adeptos. Não errava de todo D. Pedro: em 1878, com a volta dos liberais, muitos abandonam o republicanismo, ávidos de participar do governo.

De todo modo, entre 1870 e 1889, os republicanos estão organizados, procurando tirar proveito de todos os acontecimentos importantes. Tirar proveito significa — tornar a situação da Monarquia cada vez mais precária, dificultar a continuação do regime.

Note-se que as forças contra a Monarquia estão num crescendo. Para isso contribuíram o aparecimento de algumas "questões" novas de muita importância para entendermos a queda da Monarquia. Até aqui é preciso considerar alguns pontos importantes já referidos: as transformações econômicas e sociais por que passa o país estão a criar novas necessidades. O Partido Republicano é uma delas. A Abolição da Escravidão, é outra.

A QUESTÃO DA ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA

Sem sombra de dúvida, a "Questão da Escravidão" foi um dos problemas mais importantes que a Monarquia teve que resolver durante o século XIX. Com a expansão da economia cafeeira havia uma crescente necessidade de mão-de-obra escrava. A campanha para o fim do tráfico de escravos da África para o Brasil, em que se destaca a Inglaterra, nação com muita influência no Brasil, criava problemas para o suficiente abastecimento de escravos. O resultado foi a Lei Eusébio de Queirós, em 1850 provocando a extinção do tráfico. Daí em diante existiram várias tentativas para resolver a falta de braços para a lavoura em expansão. As regiões mais progressistas começam a trazer negros de outras províncias. Era o tráfico interprovincial que tinha em Campinas um importante centro. Sem dúvida uma saída precária e de curto prazo. Por isso, nas regiões do Oeste de São

Paulo, onde o café progredia, iniciava-se a introdução do trabalho livre. Lembremos que no programa do Partido Liberal, antes de 1870, propunha-se substituir o escravo pelo trabalhador livre.

O fim do tráfico de escravos trouxe um outro resultado. Muitos capitais utilizados na compra e venda de negros passam para outras atividades. O surto de desenvolvimento, a partir de 1850, beneficiou-se desses capitais disponíveis, agora investidos em atividades urbanas, no comércio, na compra de terras, aplicações em ações de Companhias, etc. A extinção do tráfico tem um duplo efeito: aumenta o surto de progresso, depois de 1850, com os seus investimentos, ao mesmo tempo em que cria a necessidade de uma outra forma de trabalho. Por isso, pode-se afirmar que a partir de 1850 o trabalho escravo está condenado pelo próprio desenvolvimento da sociedade brasileira, que apresentava tantas transformações importantes. No entanto, não é muito simples eliminar-se a escravidão. Desde o descobrimento do Brasil era a relação de trabalho quase que absoluta no país. Nada se fazia sem o negro. Em 1850, eram muitos os interessados na continuidade da escravidão. O que é novidade é que as transformações da sociedade estavam a exigir o fim da escravidão. A campanha a favor dos escravos começa a ganhar importância depois de 1860. Com a Guerra do Paraguai (1864-1870), que absorve todas as preocupações, o problema da emancipação dos negros passa ao segundo plano. Havia, entretanto, uma campanha para se emancipar o escravo, de que par-

ticipava até a Junta Francesa de Emancipação. Assim é que, na Fala do Trono de 1867, o Imperador toca, pela primeira vez, na questão dos escravos. Não se precipitava o soberano, pois era preciso preparar essa reforma com prudência. Divide, entretanto, desde já, os que o apóiam e os que o atacam, por ter assumido a defesa dos escravos. De um lado estarão os abolicionistas dos centros urbanos (jornalistas, advogados, professores, funcionários, médicos, etc.), alguns proprietários progressistas. De outro, estarão os grandes proprietários, em especial os do Vale do Paraíba. A partir daí, e particularmente depois da Guerra do Paraguai, o "problema servil" passa ao primeiro plano. Nabuco de Araújo afirmava em 1870: "Senhores, esse negócio é muito grave, é a questão mais importante da sociedade brasileira e é imprudência abandoná-lo ao azar". Em 1871, por ocasião da Lei do Ventre-Livre, a luta foi intensa no Parlamento entre aqueles que achavam que a sociedade seria abalada por esse "tremendo terremoto" e os que defendiam a liberdade dos filhos das escravas nascidos depois de 1871.

A Igreja não participa na Campanha Emancipadora. O depoimento de Joaquim Nabuco coloca bem a postura desta instituição: "Entre nós, o movimento abolicionista nada deve infelizmente à Igreja do Estado; pelo contrário, a posse de homens e mulheres pelos conventos e por todo o clero secular desmoralizou inteiramente o sentimento religioso de senhores de escravos. No sacerdote estes não viam senão um homem que os podia comprar e aqueles a

última pessoa que se lembraria de acusá-los. A deserção pelo nosso clero do posto que o Evangelho lhe marcou foi a mais vergonhosa possível; ninguém o viu tomar a parte dos escravos, fazer uso da religião para suavizar-lhes o cativeiro e para dizer a verdade moral aos senhores. Nenhum padre tentou nunca impedir um leilão de escravos, nem condenou o regime religioso das senzalas. A Igreja Católica, apesar do seu imenso poderio, em um país ainda em grande parte fanatizado por ela, nunca elevou no Brasil a voz em favor da emancipação".

A Campanha chega ao fim em 1888, com a Lei Áurea, que liberta os negros do cativeiro. Feita pelo trono (a princesa Isabel assumira o governo no afastamento de D. Pedro II), sem que os senhores despossuídos de seus escravos fossem indenizados por isso, precipitou um descontentamento muito grande entre os escravocratas, que passam a culpar a Monarquia como causadora dos malefícios da Lei Áurea. De fato, especialmente no Vale do Paraíba, muitos proprietários arruinaram-se com a Abolição. De um dia para o outro abalam-se algumas fortunas. Era o caso do Barão Geraldo de Rezende, que afirmava: "ninguém faz idéia do abalo que um tal fato produziu entre os lavradores. A lei de 13 de maio de 1888 veio a ser para mim assim como o foi, e ainda talvez mais, para quase todos os lavradores, um golpe terribilíssimo".

Esse grupo atingido e descontente com a Monarquia, a quem culpava pela Abolição e ainda mais pela abolição sem indenização aos proprietários,

passa para a oposição. São os republicanos do 14 de maio, como os chamava José do Patrocínio. Esses senhores de escravos agora descontentes haviam sido um dos sustentáculos da Monarquia até então. Com isso, a Monarquia se enfraquece, num momento em que aumentava a propaganda republicana. Com a Abolição aparecem na Província de São Paulo mais 300 clubes republicanos. São os republicanos do 14 de maio.

Diga-se que a respeito da Abolição da Escravatura a medida mais avançada dos Republicanos foi a decisão do Congresso Republicano de 1887, de que os republicanos libertariam todos os seus escravos até 14 de julho de 1889. Antes, sempre tinham se definido como Abolicionistas, sem, no entanto, precipitarem os acontecimentos. Havia republicanos que pediam a indenização e o estabelecimento de um prazo para a liberdade dos negros.

O que é importante para o nosso estudo é percebermos o problema da Monarquia. Ao pretender a emancipação dos escravos, mesmo que de modo gradual e a longo prazo, alia-se às forças mais progressistas da sociedade e coloca-se contra os grupos tradicionais, especialmente dos grandes proprietários — os que lhe davam os políticos mais importantes, os funcionários mais graduados e que apoiavam as suas instituições. Era justa a ponderação de Afonso Celso de que "a classe mais poderosa e aristocrática do Império, a lavoura, à qual por índole incumbia sustentar as instituições imperiais, agredira descomunalmente o Imperador e a exorbitância dos seus

Situação política e financeira do país. Esperanças da Nação — *até quando nos deixarão ficar sobre a terra assim com ares de ressuscitados?* Crédito Público — *Não sei; velho amigo: eu já caí outra vez; não tarda que me recolha ao meu túmulo.* (*Ilustração e legenda publicadas em* A Lanterna (*6.6.1878*) in História da Caricatura no Brasil, *Herman Lima, José Olympio, vol. 3, pág. 951.*)

poderes porque o presumia o impulsionador do movimento abolicionista". No entanto, as forças progressistas caminham para a defesa das idéias republicanas — por isso são contra a Monarquia. Os abolicionistas quase sempre são republicanos. Por isso, quando os escravocratas deixam de apoiar a Monarquia, esta também não terá o apoio dos abolicionistas republicanos. Juntam-se agora os abolicionistas que fizeram a campanha desde 1860 aos republicanos de 14 de maio, contra a Monarquia. Esta composição foi muito importante para enfraquecer a Monarquia, que não tinha só esses problemas e esses antagonistas. Havia outras questões de maior ou menor importância que contribuíram para o seu enfraquecimento. Uma delas — a Questão Religiosa; a outra — a Questão Militar.

A QUESTÃO RELIGIOSA

Pela Constituição de 1824, a religião católica era oficial do Estado. Por ela, também era possível a interferência governamental nos assuntos religiosos. Era o fortalecimento da doutrina regalista, colocando a religião dependente do Estado. O Estado mantinha pecuniariamente o clero e tinha os direitos do padroado e do beneplácito. O primeiro dava ao Estado o poder de criar e prover cargos eclesiásticos, e o beneplácito estabelecia que as bulas e atos da Santa Sé só seriam cumpridos no Brasil com o aval do governo.

Por isso, nas relações da Igreja com o Estado, desde a Constituição de 1824, os atritos se repetiam. Já no início do período monárquico ficou conhecida a ação de D. Pedro I contra ordens religiosas. A Regência assiste o padre Feijó — Regente Uno — na sua luta pelo celibato clerical, no que tinha o apoio de autoridades governamentais.

A chamada Questão Religiosa, tida como o mais sério choque entre Igreja e Estado, tem a sua origem quando, por ocasião da aprovação da lei do Ventre-Livre, um padre católico fez, em loja maçônica, saudação ao Visconde do Rio Branco, presidente do Conselho de Ministros, também maçom. Sociedade secreta na Europa, a maçonaria se antagonizara com a Igreja, professando o anticatolicismo, sendo por isso denunciada pelas Bulas Papais. No Brasil, não defendendo as mesmas idéias, havia uma natural tolerância dos bispos diante da participação dos maçons nos cultos católicos, até mesmo com a presença de padres maçons nas irmandades. Estes eram fatos conhecidos e aceitos. No entanto, diante da ação maçônica do sacerdote, que publicara o seu discurso nos jornais, o bispo D. Pedro Maria Lacerda suspende-o do púlpito e do confessionário. A reação das lojas maçônicas foi imediata. As duas grandes Lojas do Rio de Janeiro, a do Vale do Lavradio e a do Vale dos Beneditinos, que tinham como grão-mestre, respectivamente, o Barão do Rio Branco e Saldanha Marinho, unem-se na defesa do padre maçom. Acusa-se a Igreja de intolerante. O clima de animosidade aumenta com outro acontecimento — agora no Recife. Em 1872 torna-se bispo do Recife D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira, iniciando campanha para que os católicos e dentre eles padres das irmandades abandonassem os compromissos maçônicos. Dois padres recusam-se a obedecer às ordens do bispo, sendo suspensos. Ao mesmo tempo, as irmandades teriam que excomungar os seus membros que

não obedecessem ao bispado. Em janeiro de 1873, uma irmandade declara-se contrária à ação do bispo e é suspensa. Outras são atingidas e interpõem recursos à Coroa. O Conselho de Estado aceita o recurso. Nesta altura, o bispo do Pará, D. Antônio de Macedo Costa, tomava idênticas medidas contra a maçonaria. O Conselho de Estado considera o bispo "um empregado público", dando-lhe 15 dias de prazo para suspender as interdições às irmandades. Os bispos não se retratam e são processados pelo Supremo Tribunal, condenando-os, em 1874, a quatro anos de prisão com trabalhos. D. Pedro II comutou a pena em prisão simples e em 1875 são perdoados.

Sem dúvida, a prisão de D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira e D. Antônio Macedo Costa, acusados de desobediência ao poder temporal, era um ato incomum, causando reações dentro e fora do país. Por isso, há uma tendência a considerar este acontecimento — a Questão Religiosa — como um dos fatores que ajudam a explicar a queda da Monarquia, uma vez que teria provocado a revolta dos católicos brasileiros contra D. Pedro II e o Estado Monárquico, responsável pelas punições. Na verdade, a Questão Religiosa teve, de fato, restrita influência na crise do sistema. Não poderia haver uma tomada de posição dos católicos contra o Imperador e a Monarquia, pelos seguintes motivos: 1) a restrita opinião pública dos centros urbanos mais adiantados, que podia acompanhar os acontecimentos, estava dividida em apoio aos bispos e ao governo; 2) a própria Igreja — com padres e irmãos maçons —

também se dividira; 3) os republicanos, que poderiam tirar proveito dos acontecimentos para a sua campanha contra a Monarquia, também divergiam.

Como afirma Basílio de Magalhães, ao estudar a questão, "a verdade insofismável é que a nação não se movimenta em pról dos bispos mártires e não houve a menor tentativa para libertá-los do cárcere". Isto porque o catolicismo era, no Brasil, um sentimento vago entre o povo e as camadas mais altas da nação, o que confirma o depoimento do padre Júlio Maria nos fins do século passado: "Cerimônias que não edificam, devoções que não apuram a espiritualidade, novenários que não revelam fervor, procissões que apenas divertem, festas, enfim, que não aproveitam às almas, nem dão glórias a Deus — eis a que está reduzido, geralmente, nas paróquias brasileiras o grande e majestoso culto católico".

Os efeitos da Questão Religiosa na queda da Monarquia são devidamente analisados por Emília Viotti da Costa, quando afirma que: "é um exagero dizer que a Questão Religiosa, que indispôs momentaneamente o Trono com a Igreja, foi dos fatores primordiais na proclamação da República. Para que isso acontecesse era preciso que a nação fosse profundamente clerical, a Monarquia se configurasse como inimiga da Igreja e a República significasse maior força e prestígio para o clero. De duas uma, ou a nação estava a favor dos bispos e contra D. Pedro e então a perspectiva de substituição do Imperador pela Princesa seria vista com bons olhos em virtude de suas conhecidas ligações com a Igreja, ou a nação

era pouco simpática aos bispos e nesse caso se solidarizaria com a Monarquia e a Questão Religiosa em vez de prejudicá-la teria reforçado o seu prestígio. De qualquer maneira a Questão Religiosa não poderia contribuir de maneira preponderante para a queda da Monarquia. Quando muito, revelando o conflito entre o Poder Civil e o Poder Religioso, contribuiria para aumentar o número dos que advogassem a necessidade de separação da Igreja do Estado e assim indiretamente provocaria o advento da República que tinha essa norma como objetivo".

A QUESTÃO MILITAR

As divergências e choques entre militares e civis que dão origem, em 1884, à Questão Militar, explicam-se, em boa medida, pela posição dos militares, especialmente os do Exército, na sociedade brasileira do século XIX.

A Questão Militar acaba por se esclarecer ao tomarmos conhecimento da "situação dos homens de farda" no quadro geral da sociedade brasileira durante o Segundo Reinado.

A Monarquia contava com um grupo dirigente sabidamente restrito, uma aristocracia privilegiada unida por interesses de classe e que selecionava as vias de ascensão social, excluindo a maioria da população. Seleção que privilegia o apadrinhamento, o diploma de bacharel (em especial dos cursos jurídicos), as "profissões liberais", próprias dos membros da aristocracia. Aquelas que "não cansam o corpo e não sujam as mãos". Por isso, os "legistas", como

serão conhecidos, acabam por ocupar os cargos mais importantes da Monarquia.

Em segundo plano, porque mais ligadas às "artes mecânicas", vêm as profissões militares. Não obstante, pelo menos até 1850, eram as famílias de posse, ligadas aos que dirigem o país, as que forneciam os oficiais das "classes militares". Por essa via, alcançam uma ativa participação na vida política. Com mais freqüência, isto acontecia com a Marinha, não sendo o mesmo para com *o Exército*. Este tinha ao seu lado, diminuindo-lhe o poder e a importância como elemento de defesa da sociedade, a Guarda Nacional, que ainda no final do Império era uma força com que rivalizava.

O Exército nesta sociedade era procurado, cada vez mais, por aqueles que não podiam contar com os atributos seletivos exigidos pela aristocracia — "riqueza", "bons padrinhos", "dotes intelectuais", o que reforça o seu desprestígio numa sociedade de "legistas".

As províncias mais pobres e atrasadas acabam por fornecer a maioria dos efetivos desta agremiação que ganhava caráter cada vez mais popular. Não tendo um lugar de destaque, o seu contingente costumeiramente será alvo do desleixo administrativo, ficando longos meses à espera de vencimentos e recursos mínimos para o exercício da atividade. O Exército, de formação mais popular, tinha, por algumas questões, uma fundada simpatia. Lembremos o exemplo da sua posição em favor da Abolição, onde se encerra o incidente que abre a Questão Militar.

A animosidade entre civis (legistas) e militares (Exército), que se intensifica depois da Guerra do Paraguai, não era estranha à época anterior. Já em 1855, *O Militar*, periódico impresso no Rio de Janeiro, acusa a posição de militares jovens, ao criticar a incompetência e corrupção dos legistas no exercício das tarefas legislativas e administrativas do Império.

A Guerra do Paraguai (1864-1870) exige das forças militares, durante um lustro de combates, um esforço de organização, um aumento do efetivo, com profundas repercussões no Exército. Abre-se o oficialato a soldados das camadas inferiores e, mais do que isso, os longos anos de árdua luta acabam por dar importância ao Exército. É uma força que pretende estar presente no cenário das decisões políticas. Um "legista", o deputado Ferreira Viana, acusa o perigo militar, uma vez que os soldados voltaram da Guerra "cheios de pretensões".

Não era estranho à época o desejo, cada vez maior, da ação militar para a purificação dos costumes políticos. Essa nova postura não deixou de ser aproveitada pelas oposições monárquicas e o governo sabia disso. A manifestação de Cotegipe: "enquanto lá estiver (referindo-se a Osório na Guerra do Paraguai) há de cumprir seus deveres: a volta é que me causa apreensões — não só pelas pretensões como, principalmente, pelo trabalho que hão de fazer sobre ele os políticos de reforma ou revolução", é um exemplo claro da consciência do problema.

Não é por outro motivo que o jornal *A República* acusa as péssimas condições do soldado: "O castigo

corporal, ainda subsistente, é que é de si só o testemunho vivo da degradação da classe; a manutenção do código draconiano do conde de Lipe, como base da legislação militar portuguesa e brasileira, código bárbaro e monstruoso que no seu próprio excessivo rigor encontra o primeiro obstáculo à sua fiel e íntegra execução; a infidelidade na execução dos contratos de engajamento, infidelidade levada pelo governo imperial até o crime, sendo a má-fé do governo a mais ativa e poderosa força de desmoralização do exército; os constantes abusos do governo com relação à liberdade pessoal dos militares e a ineficácia, quando não a compressão, dos tribunais, onde essa liberdade devia encontrar o mais forte escudo — as injustiças constantes do governo imperial, na apreciação dos serviços militares, ora graduando a covardia e a inépcia, ora preterindo a capacidade e o valor, finalmente a mediocridade do salário compensador de tantos sacrifícios, salário que nem corresponde às necessidades elementares do cidadão que se fez soldado nem lhe permite amparar da miséria nem a si nem aos seus". Depoimentos dessa natureza acabam por achar guarida entre os militares, já possuídos do "orgulho de classe", um "defeito que vão revelando", na opinião de D. Pedro II.

Não era diferente a opinião de Rio Branco que, em 1871, vai atender, em boa parte, as pretensões dos militares, melhorando-lhes o salário, as condições de acesso e promoção na carreira, ao afirmar que "hoje (1869) — todos os comandantes já se reputavam homens indispensáveis, todos são extrema-

mente suscetíveis, todos querem fazer-se de rogados... o elemento militar conhece que a época lhe deu preponderância e é zeloso desta".

Cresce o "espírito de corpo" dos militares contra os "legistas" e não será por outro motivo que o contingente do Exército diminui sensivelmente entre 1871-1880, de 19 para 15 mil homens. Podia-se argumentar ser o decréscimo um fruto natural do fim da guerra. No entanto, é preciso acrescentar que entre 1881-1889 o efetivo está entre 11 e 13 000 soldados. Em igual período, o Ministério da Guerra não terá em sua chefia senão civis, desvinculados da carreira das armas. Este era outro motivo de descontentamentos.

A pretensão dos militares de serem os "puros", os "patriotas", dando azo a uma visão salvadora em que a dignidade da farda se opunha aos hábitos "corruptos" e "podres" dos "casacas" é alimentada também pelas oposições à Monarquia. No interior do Exército havia divisões não pequenas, sempre superadas com habilidade quando se exigisse uma posição frente aos civis. Estes, desde que participassem do poder, seriam colocados no mesmo saco pelos militares, apesar de agruparem-se em conservadores, liberais, etc., com propostas nem sempre idênticas.

Pertencendo a uma corporação de prestígio, o ataque a um de seus componentes era imediatamente sentido como ofensa à "classe dos militares". A animosidade crescente dos militares contra os civis (casacas), em que os primeiros, imbuídos de uma missão salvadora da sociedade, pretendiam participar

da vida política, ao mesmo tempo que levavam para ela o "espírito de corpo" dos homens de farda, será uma permanente fonte de desentendimento. O exemplo de Caxias, segundo um estudioso, "se não o mais civil dos nossos maiores guerreiros, o que mais facilmente despe a farda de soldado para envergar o fardão de senador, ou ministro", que depois da Guerra do Paraguai coloca "os melindres do militar acima de outras considerações", era evidente sintoma das mudanças apontadas.

As condições para os desentendimentos estão dadas e os incidentes começam a brotar, com freqüência, numa época em que a Monarquia estava com todas as mãos ocupadas para debelar as crises que se abriam com vigor.

O incidente que inicia a Questão Militar é de 1884 e está ligado a outra séria questão — a da Abolição.

O jangadeiro Francisco do Nascimento, que se negara no Ceará a transportar negros escravos para outras províncias antes da Abolição, em março de 1884, foi trazido à Corte pelos abolicionistas que pretendiam explorar o acontecimento. Foi acolhido pela Escola de Tiro, em Campo Grande, cujo comando cabia ao Tenente-Coronel Antônio Sena Madureira — vindo, como tantos outros, das campanhas do Paraguai.

Por ter agasalhado tal manifestação, Sena Madureira é demitido do comando, "a bem da disciplina do exército", o que gera muitos ressentimentos entre os militares, que tinham em seus quadros aque-

les que chegavam a apoiar a Abolição imediata e sem indenização. A Escola Militar, que alimentava idéias positivistas, era também um centro de propaganda abolicionista.

Um segundo incidente: em 1885, o Coronel Cunha Matos aponta irregularidades em Companhia de Infantaria do Piauí, punindo o seu comandante, Capitão José de Lima. Criticado pelo deputado Simplício Coelho Rezende, respondeu ao seu desafeto em consecutivos artigos pela imprensa. Acusa também o Ministro da Guerra de errar no encaminhamento da questão. Foi advertido, com base no Aviso de 1859, que afirmava: "Torna-se digno da mais severa censura, independentemente das penas da lei, todo o militar que recorrer à imprensa para provocar conflito e desrespeito aos seus superiores".

Pelotas, com longa folha de serviços na Guerra do Paraguai, militar de prestígio, filiado aos liberais e senador, toma a defesa de Cunha Matos, afirmando que "deviam ver no que acabava de sofrer o seu camarada uma ofensa a todos eles feita" e que "o militar ferido em sua honra militar tem o direito imprescindível de desagravar-se". Era um importante depoimento, no senado, que incidia no "espírito de corpo" dos homens de farda.

Um terceiro incidente, novamente com Sena Madureira, agora comandante da Escola de Tiro de Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, acirra os choques entre militares e governo. Publicou este oficial, no jornal gaúcho e republicano *A Federação*, com transcrição no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, artigo em que discutia assuntos militares, em resposta a acusações que lhe fizera o senador Franco de Sá ao rememorar o incidente de 1884, quando era Ministro da Guerra e punira aquele oficial. Repreendido por isso, rebela-se, procurando "provar a injustiça da punição", no que obteve o apoio do Comandante das Armas Deodoro da Fonseca, seu superior, que o isentava do pedido de autorização para uso da imprensa, uma vez que Franco de Sá não era militar, não sendo por isso seu superior.

Desde já, é bom lembrar, Deodoro posicionava-se como um defensor dos "homens de farda", passando a se colocar cada vez mais contra o governo. Sena Madureira pede para ser julgado por um Conselho de Guerra, o que não lhe foi concedido por tratar-se de mera indisciplina, da alçada do Ministro da Guerra. Se, para Caxias, o punido "era oficial de inteligência e valor, mas muito insubordinado", para Pelotas era um militar que merecia "honras e louvores" pela atitude assumida.

Ao estar respaldado pelo superior, Sena Madureira voltava a se manifestar em defesa dos "brios da classe militar", ao mesmo tempo que era alvo de solidariedade dos oficiais, em reunião permitida por Deodoro.

Cotegipe, presidente do Conselho de Ministros, fez ver a Deodoro que era preciso "pôr termo a essa agitação dos espíritos". O incidente, afirmava Cotegipe, dera "muitas explorações políticas", em clara manifestação ao uso que os republicanos, especialmente do Rio Grande do Sul, estavam fazendo da

situação. Apoiava as manifestações do Sul a Escola Militar do Rio de Janeiro, sob a liderança de Benjamin Constant, sendo alguns oficiais punidos por isso. A Questão ganha o Parlamento em ataques aos militares e a Deodoro. *O País*, jornal republicano de Quintino Bocaiúva, dá guarida a moção de desagravo de 150 oficiais e cadetes do Rio Grande do Sul ao seu Vice-Presidente e também Comandante das Armas, Deodoro da Fonseca.

Em resposta a Cotegipe, no final de 1886, Deodoro deixa claras as suas posições, em severa crítica ao governo: "Houve motivos para tumultuosas reuniões, porque os militares não podem e nem devem estar sujeitos a ofensas e insultos de Francos de Sá e de Simplícios, cujas imunidades não os autorizam a dirigir insultos nem os isentam de precisa e conveniente resposta. A ferida foi forte, cruel e mortal e com justa razão sangrará enquanto Madureira e Cunha Matos estiverem sob a pressão da injustiça de que foram vítimas".

Substituído no Comando das Armas do Rio Grande do Sul, crescem as manifestações de apoio a Deodoro. Chegados ao Rio Sena Madureira e Deodoro, em janeiro de 1887, o Teatro Recreio Dramático, a 2 de fevereiro, via acontecer reunião presidida por Deodoro, com a presença de Sena Madureira, Benjamin Constant, Serzedelo Correia, com a adesão de duzentos oficiais que decidiam dar "plenos poderes para Deodoro representá-los junto ao governo", com o objetivo de pôr fim ao conflito aberto com a "classe militar", fazendo cessar as punições aos militares que aderiram "à questão militar". Diante da crise, Alfredo Chaves, Ministro da Guerra, demitia-se.

Todos esses acontecimentos eram acompanhados pelos republicanos. Quintino Bocaiúva passava pelo "inspirador dos oficiais descontentes". Campos Sales, vindo de São Paulo, articulava-se com Aristides Lobo e com o General Serzedelo Correa, Comandante da Escola Militar, que incumbira-se de trazer Pelotas para o grupo dos descontentes, de que também participavam Deodoro, Madureira e Benjamin Constant. O governo não desconhecia essas "reuniões secretas". Ao tentar dissuadir Deodoro de tal ação, tomava conhecimento de amplo apoio que este militar tinha das guarnições.

O novo Ministro da Guerra concordava em suspender as punições, desde que os oficiais requeressem. Estes, por seu turno, não aceitavam que partisse deles o pedido de ação suspensiva. Caberia ao governo tal providência.

A situação era tensa e houve um recuo do governo ao aceitar moção conciliatória do Senado, que "convidava" o governo a fazer "cessar os efeitos das penas disciplinares". A medida conciliatória, proposta por Saraiva, nasce do áspero debate entre Pelotas e Cotegipe, que bem mostra o clima de intensa animosidade. "O nobre presidente do Conselho", afirmava Pelotas, "sabe bem que foi uma revolução que fez abdicar o Sr. D. Pedro I, e o fato é hoje aceito. Peço encarecidamente ao Sr. Presidente do Conselho que reconsidere o seu ato, por amor deste

país, não por satisfação a mim que pouco ou nada valho; salve esta questão de um modo honroso e digno. Se não o fizer, não sabemos o que poderá acontecer amanhã, apesar do nobre presidente do Conselho confiar na força armada que tem à sua disposição. Tais serão as circunstâncias que bem possível é que ela lhe falte. Reconsidere o nobre presidente do Conselho o seu ato, por amor deste país e quem sabe se por amor das instituições."

Apesar das pressões para a queda do Gabinete Cotegipe, este continuou no poder até março de 1888, ainda que enfraquecido.

Se os incidentes entre civis e militares, entre o governo e a farda encerravam-se com a proposta conciliatória do Senado, a Questão Militar permanece. Não só pela predisposição dos espíritos na defesa da farda e da beca, de um e de outro lado, mas também, e principalmente, pelo fato de o Exército poder catalisar os descontentamentos das oposições e passar a ser visto como uma força em condições de desafiar o poder monárquico. Sabiam disso o governo e as oposições. Aquele procura reforçar a ação dos civis, da beca, presente até nos assuntos militares. Exemplo marcante desta atitude foi o fato, já visto, de entre 1881-1889 todos os Ministros da Guerra serem civis, acrescido da diminuição do contingente do Exército no mesmo período. As oposições, especialmente os Republicanos, procuravam aproveitar-se dos antagonismos para investirem contra o regime.

Na essência, o que havia era a crise do poder. A

Caricatura intitulada: Odisséia Imperial, *publicada em* A Comédia Popular *(15.9.1877) com a seguinte legenda "Entristeço, leitor, quando imagino que entre os Licurgos, ainda há quem mande um homem tão pequenino para cadeira tão grande".* (História da Caricatura no Brasil, *Herman Lima, José Olympio, vol. 3, pág. 906.*)

Monarquia, pelo seu caráter conservador, procurava evitar "a precipitação dos acontecimentos", o que levava os seus estadistas a desconsiderarem a ação das forças de oposição e, por isso, não tomaram consciência da gravidade da situação senão tardiamente.

NOVOS IMPASSES — A MONARQUIA ISOLADA

Desde 1887 surgiam boatos de doença do Imperador. Datam daí as primeiras acusações de insânia, caduquice, obscurecimento do espírito feitas a D. Pedro II. A sua ida à Europa para tratar da saúde só fez aumentar os comentários de que o Imperador estava por pouco. Comentários habilmente utilizados pelos opositores ao regime. A volta do Monarca não refez a situação, acrescida da propaganda republicana contra o 3º Reinado.

Se um íntimo do Imperador, Visconde de Taunay, afirmava em abril de 1889 estar "o Imperador cada vez mais esquecido das coisas presentes e alheio aos assuntos políticos", o que podia indicar a sua saúde precária, nas ruas a propaganda explora a idéia do país acéfalo.

A abolição era da véspera, havendo acúmulo de ressentimentos.

O panorama agrava-se com a instabilidade dos Ministérios, sintoma evidente da crise do poder. João Alfredo, que em março de 1888 substituíra Cotegipe, passadas as glórias do 13 de maio, encontrava sérios problemas para a manutenção do Gabinete. De um lado, estavam as pressões dos seus confrades conservadores (os ultraconservadores), que não aceitavam o 13 de maio. De outro, os liberais fustigavam-lhe a administração, com a acusação de ter facilitado negócios ilícitos do governo com a firma Loyos, cujo diretor era um seu parente.

No Senado, Paulino de Souza, dos ultraconservadores e presidente da casa, fazia pressões para inviabilizar as reuniões da Câmara dos Deputados. Ao tentar dissolver a Câmara e não obtendo o apoio do Conselho de Estado, João Alfredo demite-se em julho de 1889.

O Visconde de Ouro Preto, liberal e tido como bom administrador, vai liderar o último Gabinete da Monarquia — de julho a novembro de 1889.

Caracterizava-se também Ouro Preto por sua personalidade intransigente, qualidade negativa para um momento de tensões como era o ano de 1889. Não obstante, munia-se de um plano de reformas, em boa medida saído do Congresso do Partido Liberal, de maio do mesmo ano, de que fora um dos organizadores. Pretendia um plano de audácia para anular a República, uma vez que em depoimento ao Imperador afirmava: "Vossa Magestade terá seguramente notado que em algumas províncias agita-se uma propaganda ativa cujos intuitos são a mudança da forma

de governo. Essa propaganda é precursora de grandes males, porque tenta expor o País aos graves inconvenientes de instituições para que não está preparado, que não se conformam às suas condições e não podem fazer a sua felicidade. No meu humilde conceito é mister não desprezar essa torrente de idéias falsas e imprudentes, cumprindo enfraquecê-la, inutilizá-la não deixando que se avolume. Os meios de consegui-lo não são os da violência ou repressão, consistem simplesmente na demonstração prática de que o atual sistema de governo tem a elasticidade bastante para admitir a consagração dos princípios mais adiantados, satisfazer todas as exigências da razão pública esclarecida, consolidar a liberdade e realizar a prosperidade e grandeza da pátria, sem perturbação da paz interna em que temos vivido durante tantos anos. Chegaremos a este resultado, Senhor, empreendendo com ousadia e firmeza largas reformas na ordem política, social e econômica, inspiradas na escola democrática. Reformas que não devem ser adiadas para que não se tornem improfícuas. O que hoje bastará, amanhã talvez seja pouco".

A seu ver, esta era a forma de impedir a República. A Monarquia precisava absorver as exigências de transformações que as diferentes forças sociais impunham, para que pudesse persistir. A questão não se propunha fácil, ainda mais se considerarmos que uma exigência básica dos republicanos e dos liberais avançados era a federação. Esta medida, Ouro Preto não contemplava em seu plano de reformas.

Este parece ter sido o principal motivo que levou Rui Barbosa a não participar do Gabinete de Ouro Preto, ao mesmo tempo em que iniciava no *Diário de Notícias* mordaz e contínua campanha contra o ministério. A 11 de junho de 1889, Ouro Preto apresenta à Câmara o seu plano de reformas: 1) "alargamento do voto", sendo eleitor todo cidadão que soubesse ler e escrever; escrutínio secreto, aumento do número de deputados; 2) maior autonomia para as Províncias e Municípios; 3) reforma da administração provincial — o presidente de província seria nomeado pelo Imperador dentre os cidadãos indicados em lista tríplice por votação direta dos eleitores; 4) direito de reunião; 5) casamento civil obrigatório; 6) plena liberdade de cultos; 7) temporariedade do Senado e reforma do Conselho de Estado; 8) liberdade do ensino e melhoria de sua qualidade; 9) redução dos direitos de exportação; 10) incentivo à imigração; 11) lei que facilitasse a aquisição de terras públicas; 12) criação de estabelecimentos de créditos para proporcionar mais recursos à lavoura; 13) redução dos fretes.

Eram medidas que satisfazim, em parte, as oposições e acabam por assustar os grupos encastelados na Monarquia. E aqui estava o impasse maior desta instituição. Não tinha condições de levar essas mudanças ao seu final. A moção de desconfiança ao novo governo que a Câmara aprovou, por 79 votos contra 20, evidencia a incapacidade da oligarquia dominante em aceitar aquelas mudanças, que para Ouro Preto eram a forma única de "inutilizar a República".

A reunião do dia 11 correu tumultuada. Cesário

Ilustração da dissolução da Câmara, pelo Ministério Ouro Preto. Este aparece ao meio da cena, vendo-se, mais o Barão de Ladário, Franklin Dória, José Maria Diana e outros ministros, publicada na Revista Ilustrada *(22.6.1889), com o título: "A Debandada".* (História da Caricatura no Brasil, *Herman Lima, José Olympio, vol. 3, pág. 911.*)

Alvim, liberal, faz profissão de fé republicana, no que é seguido pelo padre João Manoel, conservador, que termina o seu discurso com um viva à República. Ouro Preto rebatia com energia: "Viva a República, não! Não e não! Pois é sob a Monarquia que temos obtido a liberdade que outros países nos invejam... Viva a Monarquia! Forma de governo que a imensa maioria da Nação abraça, e a única que pode fazer a sua felicidade e a sua grandeza". "Como isto vai depressa, capitão", foi a expressão de Floriano Peixoto, general do exército, presente na reunião, ao abordar um militar que havia acompanhado o padre João Manuel no seu "Viva a República". Dissolvida a Câmara, em reunião de 17 de julho, convocava-se outra extraordinária para 20 de novembro de 1889, depois das eleições que seriam realizadas em 31 de agosto. Por elas, a Câmara teve a unanimidade dos liberais.

De julho a novembro de 1889 a ocorrência de vários incidentes levaram cada vez mais o Gabinete de Ouro Preto a um beco sem saída, aberto com o impasse da dissolução da Câmara.

O atentado contra D. Pedro II, em julho de 1889, ao deixar o teatro, a ação da polícia, especialmente da Guarda Negra, diante de manifestações republicanas, deixavam os ânimos exaltados. A Guarda Negra, criada sob a inspiração de um chefe de polícia, era a reunião de ex-cativos que, agradecidos à Princesa Isabel, passavam a defender a Monarquia contando nos vários incidentes com a cobertura da polícia.

Temendo a "desordem", "o espírito de insubordinação", Ouro Preto aumentava o corpo de polícia "com gente escolhida"; reorganizava a Guarda Nacional, procurando contrapor ao Exército outro poder tão eficiente quanto ele. Uma milícia cívica que pudesse oferecer-lhe resistência caso, um dia, saísse da legalidade. Era um acinte ao Exército. Pelo menos, foi assim que receberam a medida os oficiais desta corporação, o que aumentava a oposição militar ao seu governo.

Os incidentes prosseguem. Em setembro de 1889 foi preso o Tenente Pedro Carolino de Almeida, encontrado fora de seu posto; em outubro, o Tenente-Coronel Medeiros Mallet, comandante da Escola Militar do Ceará, foi demitido "a bem do serviço público", ao protestar junto ao Ministro da Guerra. O protesto resultava de ter o governo atendido a pedido para nomeação de um tenente instrutor, antes preterido pelo Ministro da Guerra quando intercedera a seu favor o Tenente Mallet. Sentindo-se desprestigiado, este militar protesta.

Em banquete aos oficiais chilenos, do encouraçado Almirante Cockrane, na Escola Militar da Praia Vermelha, Benjamim Constant, ao saudá-los, ataca o governo na presença do Ministro da Guerra, que se retira. Ouro Preto demite o comandante da Escola Superior de Guerra por não ter castigado Benjamim Constant que ficou impune. Ao mesmo tempo, os batalhões são distribuídos pelas províncias no claro intuito de enfraquecer o Exército. Os ânimos exaltavam-se e o governo isolava-se de suas bases de sustentação.

A CONSPIRAÇÃO E O 15 DE NOVEMBRO

Deodoro da Fonseca, que servia em Mato Grosso, para onde fora deslocado, voltou ao Rio de Janeiro em setembro de 1889, ocasião em que se sucediam novos choques entre o governo e militares.

Para com Ouro Preto, este militar tinha, pelo menos, dois grandes motivos de ressentimento. O primeiro fora a nomeação de Gaspar Silveira Martins, seu grande inimigo, para a Presidência do Rio Grande do Sul, província a que servira aquele militar como Comandante das Armas e Vice-Presidente. O segundo, a Presidência da província do Mato Grosso oferecida a Cunha Matos com quem, depois da Questão Militar, indispusera-se Deodoro. Caso tivesse que permanecer no Comando da Província, seria subordinado ao seu novo inimigo.

Considerando o prestígio de Deodoro entre os homens de farda e os seus descontentamentos agravados, o Capitão Antônio Adolfo Mena Barreto habilmente procura ganhá-lo para a conspiração. Mostrava-lhe o delicado da situação com o remanejamento dos batalhões para as províncias, a reorganização da Guarda Nacional, a ação da Guarda Negra, etc. Ao mesmo tempo, movimentavam-se os republicanos na busca de apoio dos militares descontentes. Pretendiam os propagandistas do novo regime "acordar nos quartéis os soldados em prontidão", ao mesmo tempo que descarregavam as suas baterias contra o governo nos principais jornais da Corte — *O País* e *O Correio do Povo*. Assumiam a presença militar na conspiração "como um mal necessário".

Era a convicção de alguns, e Glicério estava neste caso, de que com o apoio dos oficiais a República pudesse surgir segura e rápida. Em São Paulo, desde outubro, Francisco Glicério, Campos Sales e Bernardino de Campos conspiravam para a derrubada do governo. No Rio, estabeleciam contato com Aristides Lobo.

A liderança de Deodoro no Exército, as suas mágoas e descontentamentos manifestos para com o regime impõem-no, aos olhos dos civis, como líder do movimento. Conseguir o seu apoio era a tarefa dos conspiradores.

Ele se deu, decididamente, em reunião de 11 de novembro, em sua própria casa, na presença de Francisco Glicério, Quintino Bocaiúva, Aristides Lobo, Benjamim Constant, Major Solon e Rui Barbosa. Nesta reunião conspiratória teria declarado,

depois das ponderações de Benjamim Constant: "Eu queria acompanhar o caixão do Imperador, que está velho e a quem respeito muito. Ele assim o quer, façamos a república. Benjamim e eu cuidaremos da ação militar; o Sr. Quintino e os seus amigos organizam o resto".

Era preciso conseguir também o apoio de Floriano Peixoto, ajudante-General do Exército e Marechal-de-campo, por isso importante ajuda para a causa. Em carta de 10/7/1889 ao General Neiva, afirmava aquele militar, referindo-se à Questão Militar: "Vi a solução da questão da classe; excedeu sem dúvida a expectativa de todos. Fato único, que prova exuberantemente a podridão que vai por este pobre país e portanto a necessidade da ditadura militar para expurgá-la. Como liberal que sou, não posso querer para o meu país o governo da espada, mas não há quem desconheça e aí estão os exemplos, de que é ele o que sabe purificar o sangue do corpo social, que como o nosso está corrompido". Uma entusiástica manifestação da ação purificadora das forças armadas no organismo social. Não deveria ser estranha a Floriano a idéia de uma ação para derrubar a Monarquia. Em declaração a Deodoro, manifestava-se, em outra ocasião, ao tomar, entre os dedos, o botão da farda: "Seu Manoel, a Monarquia é inimiga disto; se for para derrubá-la estarei pronto". Lembre-se ainda o seu comportamento na apresentação do programa de Ouro Preto na Câmara dos Deputados em julho de 89. Com esses pressupostos, animou-se Benjamim Constant em tentar um encontro entre Deodoro e Floriano.

Decidiu-se, a 11 de novembro, que o movimento dar-se-ia no dia 20, quando à abertura da Assembléia Geral compareceriam a família imperial, o Ministério, os deputados e senadores. As tropas rebeladas deveriam cercar o Senado, prendendo a família imperial e o Ministério.

Os boatos de que Deodoro seria preso e do remanejamento de batalhões, parece que provocados pelo Major Solon, um dos articuladores do movimento, precipitou-o para o dia 15 de novembro.

De sua parte, o governo tomava conhecimento das movimentações e Ouro Preto recorria ao ajudante-General, Floriano Peixoto, que tranqüilizava-o. A 13 de novembro, declara este militar que apesar dos boatos de que "tramam algo por aí além" era preciso confiar na lealdade dos chefes, "que já estão alertas". Ao mesmo tempo, em encontro com Deodoro, assumia compromissos com os conspiradores, ocasião em que teria declarado que "se a cousa é contra os casacas, lá tenho ainda a minha espingarda velha".

Na manhã do dia 15 de novembro, Deodoro assumiu o comando das unidades revoltosas e com Benjamim Constant caminhou para o Quartel-General do Exército, onde estava reunido o Gabinete. Floriano estava também presente. Ouro Preto tomou conhecimento da queda do Ministério juntamente com indicação de novos ministros que seria enviada ao Imperador. No diálogo que manteve com Ouro Preto (preso na ocasião) Deodoro fez severa crítica

aos políticos, elevando a ação dos militares na defesa e para o bem da pátria. "Quanto ao Imperador, teria declarado, tem a minha dedicação, sou seu amigo, devo-lhe favores. Seus direitos serão respeitados e garantidos."

Deixando o Quartel-General, Deodoro dirige-se ao Arsenal da Marinha com as tropas aumentadas por novas adesões. Com o apoio da Marinha, manifestado por Eduardo Wandenkolk, as tropas voltaram aos quartéis e Deodoro recolheu-se à sua residência, agravados que estavam os seus padecimentos cardíacos. Oficialmente, a República foi proclamada na Câmara Municipal, às 3 horas da tarde, graças à ação de Anibal Falcão, José do Patrocínio e Pardal Malet que procuram convocar o povo para aquele ato.

Às 19 horas, o cortejo republicano aclamou Deodoro em frente à sua residência. Na manhã do dia 16, a nação toma conhecimento do Manifesto:

"Concidadãos!

O povo, o Exército e a Armada Nacional, em perfeita comunhão de sentimentos com os nossos concidadãos residentes nas províncias, acabam de decretar a deposição da dinastia imperial e conseqüentemente a extinção do sistema monárquico representativo. Como resultado imediato desta revolução nacional, de caráter essencialmente patriótico, acaba de ser instituído um Governo Provisório, cuja principal missão é garantir, com a ordem pública, a liberdade e os direitos dos cidadãos.

Para comporem esse governo, enquanto a nação soberana, pelos seus órgãos competentes, não proceder à escolha do governo definitivo, foram nomeados pelo chefe do Poder Executivo da Nação os cidadãos abaixo assinados.

Concidadãos. — O Governo Provisório, simples agente temporário da soberania nacional, é o governo da paz, da liberdade, da fraternidade e da ordem. No uso das atribuições e faculdades extraordinárias de que se acha investido para a defesa da integridade da pátria e da ordem pública, o Governo Provisório, por todos os meios ao seu alcance, promete e garante a todos os habitantes do Brasil, nacionais e estrangeiros, a segurança da vida e da propriedade, o respeito aos direitos individuais e políticos, salvas, quanto a estes, as limitações exigidas pelo bem da pátria e pela legítima defesa do governo proclamado pelo povo, pelo Exército e pela Armada Nacional.

Concidadãos. — As funções da justiça ordinária, bem como as funções da administração civil e militar, continuarão a ser exercidas pelos órgãos até aqui existentes, com relação aos atos na plenitude dos seus efeitos; com relação às pessoas, respeitadas as vantagens e os direitos adquiridos por cada funcionário.

Fica, porém, abolida, desde já, a vitaliciedade do Senado e bem assim abolido o Conselho de Estado. Fica dissolvida a Câmara dos Deputados.

Concidadãos. — O Governo Provisório reconhece e acata todos os compromissos nacionais con-

traídos durante o regime anterior, os tratados subsistentes com as potências estrangeiras, a dívida pública interna e externa, os contratos vigentes e mais obrigações legalmente estatuídas.

— Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, *Chefe do Governo Provisório.*

— Aristides da Silveira Lobo, *Ministro do Interior.*

— Ruy Barbosa, *Ministro da Fazenda e interinamente da Justiça.*

— Tenente-coronel Benjamim Constant Botelho de Magalhães, *Ministro da Guerra.*

— Chefe de Esquadra Eduardo Wandenkolk, *Ministro da Marinha.*

— Quintino Bocayuva, *Ministro das Relações Exteriores e interinamente da Agricultura, Comércio e Obras Públicas."*

Conhecedor das ocorrências, D. Pedro deixou Petrópolis rumando para a Corte. À noite do dia 15, reuniu-se o Conselho de Estado, deliberando-se pela organização de um novo Gabinete. Devia convocá-lo o Conselheiro Saraiva. Na madrugada de 16 este obtém de Deodoro a informação de que a República havia sido proclamada, nada mais havendo a fazer. Na tarde desse mesmo dia foi entregue ao Imperador, pelo Major Solon Sampaio Ribeiro, a mensagem de Deodoro:

"Senhor: — Os sentimentos democráticos da nação, há muito tempo preparados, mas despertados agora pela mais nobre reação do caráter nacional contra o sistema de violação, de corrupção de todas as leis, exercido em um grau incomparável pelo ministério 7 de junho; a política sistemática de atentados do governo imperial, nestes últimos tempos, contra o exército e a armada, política odiosa à nação e profundamente repelida por ela; o esbulho dos direitos dessas duas classes, que, em todas as épocas, têm sido, entre nós, a defesa da ordem, da constituição, da liberdade e da honra da pátria; a intenção manifestada nos atos dos vossos ministros e confessada na sua imprensa, de disssolvê-las e aniquilá-las, substituindo-as por elementos de compressão oficial, que foram sempre entre nós objeto de horror para a democracia liberal, determinaram os acontecimentos de ontem, cujas circunstâncias conheceis e cujo caráter decisivo certamente podereis avaliar.

Em face desta situação, pesa-nos dizer-vo-lo, e não o fazemos senão em cumprimento do mais custoso dos deveres, a presença da família imperial no país, ante a nova situação que lhe criou a resolução irrevogável do dia 15, seria absurda, impossível e provocadora de desgostos que a salvação pública nos impõe a necessidade de evitar.

Obedecendo, pois, às exigências do voto nacional, com todo o respeito devido à dignidade das funções públicas que acabais de exercer, somos forçados a notificar-vos que o governo provisório espera de vosso patriotismo o sacrifício de deixardes o território brasileiro, com a vossa família, no mais breve termo possível.

Para esse fim se vos estabelece o prazo máximo de vinte e quatro horas que contamos não tentareis exceder.

O transporte vosso e dos vossos para um porto da Europa correrá por conta do Estado, proporcionando-vos para isso o governo provisório um navio com a guarnição militar precisa, efetuando-se o embarque com a mais absoluta segurança, de vossa pessoa e de toda a vossa família, cuja comodidade e saúde serão zeladas com o maior desvelo na travessia, continuando-se a contar-vos a dotação que a lei vos assegura até que sobre este ponto se pronuncie a próxima assembléia constituinte.

Estão dadas todas as ordens, a fim de que se cumpra esta deliberação.

O país conta que sabereis imitar na submissão aos seus desejos o exemplo do primeiro imperador em 7 de abril de 1831.

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1889.

Manoel Deodoro da Fonseca."

Não houve, além de pequenos incidentes, reação ao ato da Proclamação da República. Não provocou, por outro lado, grandes manifestações populares de apoio. O povo esteve distante. Aceita o fato consumado posto em prática por uma fração do Exército.

Se não é possível concordar, totalmente, com a afirmação de Aristides Lobo, referindo-se à proclamação da República, de que "o povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava" porque havia, especialmente no Rio de

A Proclamação da República e a morna indiferença popular.

Janeiro, uma agitação em torno da propaganda nos jornais, clubes e comícios republicanos, é preciso lembrar que a participação popular foi restrita em todo o movimento.

Proposto, basicamente, por frações dos grandes proprietários que elegem o republicanismo como forma de ocupar o poder, confabulam com outros segmentos insatisfeitos. Setores urbanos, especialmente do Rio de Janeiro e o Exército estão entre eles. Não há, em nenhum momento, a ação organizada do povo com propostas de seu interesse. A conspiração como foi feita refletiu este caráter não popular.

O Exército, por mais democrática que fosse a sua composição, representando aspirações populares, de classes médias, foi chamado a participar como uma corporação que pudesse, pela força e organização, derrubar a Monarquia. Atrelou-se ao movimento que, essencialmente, vai representar os interesses dos "novos grupos" de grandes proprietários e capitalistas que acabavam por impor a República como uma mudança necessária.

Mais uma transformação política necessária que se utiliza de concessões e conciliações, realizada pelo alto, sem que o povo pudesse participar das decisões e impor uma tendência.

Aqui talvez reside a razão dos depoimentos de observadores da época — estrangeiros e nacionais — indicando a "morna indiferença" com que o povo acompanhou a passagem da Monarquia para a República.

CONCLUSÃO

O regime republicano, que se inaugurou em 15 de novembro de 1889 através da conspiração tutelada pelo Exército, é resultado de um longo processo de transformação por que passava o Império.

A Monarquia, cuja índole política era a de não aceitar as medidas tidas como arrojadas, temendo sempre por sua estabilidade, não foi capaz de, durante o processo das transformações por que passava a sociedade do Império, dar respostas às novas exigências de mudanças. Os homens poderosos do regime, recrutados nas províncias cujo prestígio era do passado, não pretendiam correr riscos impostos pelas exigências dos novos segmentos sociais — grandes proprietários de terra, especialmente do Oeste de São Paulo, representantes das classes médias urbanas, etc.

As oposições que, de início, pretendiam atuar dentro do regime, reformando-o segundo os seus in-

teresses, diante da impossibilidade de tal ação, passam a atuar contra o regime. Para tanto, puderam contar com a presença das questões da abolição, militar, religiosa, frutos daquelas transformações que reforçam as forças organizadas no republicanismo e acabam por isolar a Monarquia. Se não é verdade, segundo quer um crítico, que o Imperador não podia contar "nem com um gato pingado", não é menos certo que o regime enfraquecia-se com rapidez. As tentativas de reformas, encabeçadas por Ouro Preto, vieram tarde.

O Exército, que somava descontentamentos para com o regime, conspira e lidera a deposição de D. Pedro II.

O novo regime aglutina, em 1889, parcelas do Exército, de classes médias urbanas, de grandes proprietários e acaba por impor o domínio dos últimos, diante da debilidade daqueles segmentos.

Se, em 1889, as oligarquias monárquicas ocupam o passado, o presente e o futuro seriam das oligarquias republicanas.

INDICAÇÕES PARA LEITURA

Como obras gerais sobre o período, fazemos as seguintes indicações: *História Geral da Civilização Brasileira*, direção de Sérgio Buarque de Holanda — *O Brasil Monárquico* (5 volumes): 1º Vol. *O Processo de Emancipação*, Difel, S. Paulo, 1962; 2º Vol. *Dispersão e Unidade*, Difel, S. Paulo, 1964; 3º Vol. *Reações e Transações*, Difel, S. Paulo, 1967; 4º Vol. *Declínio e Queda do Império*, Difel, S. Paulo, 1974; 5º Vol. *Do Império à República*, Difel, S. Paulo, 1972. Este 5º volume de autoria de Sérgio Buarque de Holanda é um dos melhores, senão o melhor estudo da crise da Monarquia e advento da República.

E ainda: *Da Monarquia à República — Momentos Decisivos*, Emília Viotti da Costa, Grijalbo, S. Paulo, 1977 — Capítulos IX e X. São excelentes análises das origens e proclamação da República. *Formação Econômica do Brasil*, Celso Furtado, Fun-

do de Cultura , Rio de Janeiro, 1959. *História Econômica do Brasil*, Caio Prado Jr., Brasiliense, S. Paulo, 1956.

Sobre as instituições do Império:

Instituições Políticas do Império, Tavares Lyra, Univ. de Brasília, 1978. *O Senado nos Anos Finais do Império (1870-1889)*, Beatriz Westin de Cerqueira Leite, Univ. de Brasília, 1978. *O Senado do Império*, Affonso de E. Taunay, Univ. de Brasília, 1978. *Do Poder Moderador*, Braz Florentino Henriques de Souza, Univ. de Brasília, 1978. *O Sistema Eleitoral no Império*, Francisco Belizário Soares de Souza, Univ. de Brasília, 1979. *A Democracia Coroada*, João Camilo de O. Torres, José Olympio, Rio de Janeiro, 1957. *Um Estadista do Império*, Joaquim Nabuco, 2 vols. Rio de Janeiro, Nacional, 1936.

Sobre os partidos políticos:

Os Programas dos Partidos e o Segundo Império, São Paulo, 1978. *Da Monarquia à República*, Jeorge C. A. Boehrer, MEC, s/d. *História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil*, Afonso Arinos de Melo Franco, Alfa-Ômega, S. Paulo, 1974.

Sobre a queda do Império e Origens da República:

Propaganda Republicana (1888-1889), Antônio da Silva Jardim, MEC e Fundação da Casa Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 1978. *Benjamim Constant e a Política Republicana*, A. Ximeno de Villeroy, Rio de Janeiro, 1928. *Da Monarquia para a República*, Evaristo de Moraes, Athena Editora, Rio de Janeiro, s/d. *Origens Republicanas — Estudos de Gênese*

Política, Felício Buarque, Edit. Edaglit, S. Paulo, 1962. *História Sincera da República*, Leôncio Basbaum, 4 vols. Edições L. B., S. Paulo, 1962 (em especial o 1º volume). *Cartas do Brasil*, Max Leclerc, Nacional, S. Paulo, 1942. *Panorama do Segundo Império*, Nelson Werneck Sodré, Nacional, S. Paulo, 1939. *O Ocaso do Império*, Oliveira Viana, José Olympio, Rio de Janeiro, 1959. *Advento da Ditadura Militar no Brasil*, Ouro Preto, Paris, 1891. *Pesquisas e Depoimentos para a História*, Tobias Monteiro, Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1913.

Sobre o autor

Formou-se em História pela USP. Doutor em História com trabalho a respeito da presença inglesa na estrutúra agrária de São Paulo na Primeira República. Atualmente, é professor de História no Departamento de Economia do Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação de Araraquara—UNESP e presidente da ADUNESP—Associação Docente da UNESP. Organizador do IV Congresso de História de São Paulo, em 1978, em Araraquara. Trabalhos publicados em revistas especializadas e Anais da ANPUH. Autor de "Plataformas Políticas dos Presidentes de São Paulo na Primeira República", *in Boletim de História e Economia*, 1978, Departamento de Economia de Araraquara. Realiza pesquisa a respeito da História do Partido Republicano Paulista na República Velha.